



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DO PANTANAL**

**DIANE MARIA SOTTILI**

**A EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS TERRITORIAIS POLÍTICO-  
ADMINISTRATIVAS DOS PAÍSES QUE FORMAM A FRONTEIRA  
COM O BRASIL NO PANTANAL SUL - MATOGROSSENSE**

**CORUMBÁ – MS**

**2011**

**DIANE MARIA SOTTILI**

**A EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS TERRITORIAIS POLÍTICO-  
ADMINISTRATIVAS DOS PAÍSES QUE FORMAM A FRONTEIRA  
COM O BRASIL NO PANTANAL SUL - MATOGROSSENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Wilton Gomes Isquierdo

CORUMBÁ - MS  
2011

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**DIANE MARIA SOTTILI**

**A EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS TERRITORIAIS POLÍTICO-  
ADMINISTRATIVAS DOS PAÍSES QUE FORMAM A FRONTEIRA  
COM O BRASIL NO PANTANAL SUL - MATOGROSSENSE**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre do Curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, pela seguinte banca examinadora.

---

Orientador: Dr. Sérgio Wilton Gomes Isquierdo  
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

---

1º avaliador (a): Drª. Wadia Shabib Hany  
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

---

2º avaliador: Dr. Edgar Aparecido da Costa  
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

Corumbá, 13 de dezembro de 2011.

Este trabalho é dedicado ao nosso pai que nos encoraja e dá força em todos os momentos de nossas vidas.

Aqueles que não temem em seguir em frente, não esmorecem com os obstáculos da vida e são capazes de amar o próximo.

Aqueles que dão sua própria vida pelo próximo como um pai e uma mãe que não medem esforços pelos seus filhos.

Aqueles que vêm no conhecimento as portas da liberdade, mas que trazem consigo também a sabedoria divina.

A todos que acreditam na força divina e no potencial da sua força interior.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer não é uma tarefa fácil, porque são muitas as pessoas que fizeram e fazem parte do nosso crescimento pessoal e profissional. Por isso, corresse o risco de sermos injustos.

Agradeço primeiramente a Deus, que é toda a fonte de luz e energia. Ressalto à importância fundamental de pessoas na minha vida, como, os familiares, esposo, filhos, amigos, professores que me conduziram durante anos no caminho escolar e acadêmico, em especial, para o professor Sérgio Wilton Gomes Isquierdo, que com paciência norteou todo o processo de elaboração da dissertação.

Agradeço também à Instituição da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal com o Curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços, que permeou a aquisição da titulação alcançada.

SOTTILI, Diane Maria. **A evolução das estruturas territoriais político-administrativas dos países que formam a fronteira com o Brasil no Pantanal Sul-Matogrossense.** f. 82 2011. Dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação strictu senso Estudos Fronteiriços, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Corumbá, MS.

## RESUMO

A fronteira mais que uma linha de limite e separação, é uma área de contato e aproximação de distintas culturas e formas de organizações territoriais, sociais e econômicas. A circulação de pessoas e de mercadorias na fronteira é intensa e bastante flutuante; configura um corredor de atividades lícitas e ilícitas, necessitando de intensa fiscalização. Mas a fronteira também é um lugar de convivência que faz parte do cotidiano das pessoas que vivem nesse local peculiar compartilhando dos mesmos problemas e dificuldades. A compartimentação territorial que resulta do processo das divisões territoriais das unidades político-administrativas, da Bolívia e Paraguai, e de que maneira se dá o encontro destas com o Brasil, em escala local, na fronteira do município de Corumbá serve de base para a atuação do poder público nas mais diversas áreas (saúde, educação, transporte, educação ...). e consequentemente na melhoria da qualidade de vida da população por meio de políticas públicas integradas entre os municípios de Corumbá/Ladário (BR) e os municípios circunvizinhos da Bolívia e do Paraguai. Esses territórios tiveram diferentes organizações territoriais pelo seu próprio processo histórico de formação. Neste trabalho colocamos em contato as três diferentes formas de organização político - administrativas praticadas pelo Brasil, Bolívia e Paraguai. Através da representação cartográfica é possível ter uma ideia do conjunto e da relação espacial entre as unidades territoriais que compõem a fronteira dos municípios de Corumbá e Ladário no Brasil com a Bolívia e o Paraguai.

**PALAVRA CHAVE:** fronteira, unidades territoriais, integração.

SOTTILI, Diane Maria. **A evolução das estruturas territoriais político-administrativas dos países que formam a fronteira com o Brasil no Pantanal Sul-Matogrossense.** f. 82 2011. Dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação strictu sensu Estudos Fronteiriços, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Corumbá, MS.

## RESUMEN

La frontera más que una línea de límite y separación es una área de contacto y aproximación de diferentes culturas, formas de organización territorial, social y económica. El movimiento de personas y mercaderías en la frontera es intenso y bastante fluctuante, forma un corredor de actividades legales e ilegales necesitando de una intensa fiscalización. Mas la frontera es también un lugar de convivencia que es parte del cotidiano de las personas que viven en este local compartiendo los mismos problemas y dificultades. La fragmentación territorial que resulta del proceso de división territorial de las unidades políticas y administrativas, Bolivia y Paraguay, y como tal encuentro se lleva a cabo con Brasil, en una escala local, en la frontera del municipio de Corumbá sirven de base para la actuación del poder público en diversas áreas (salud, educación, transporte...) y consecuentemente en la mejora de la calidad de vida de la población por medios de políticas públicas integradas entre los municipios de Corumbá/Ladário (BR) y los municipios circunvecinos de Bolivia y Paraguay. Estos territorios tenían diferentes organizaciones territoriales de su propio proceso histórico de formación. En este artículo presentamos las tres diferentes formas de organización territorial practicadas por Brasil, Bolivia y Paraguay. A través de la representación cartográfica es posible tener una idea del conjunto y la relación espacial entre las unidades territoriales que conforman la frontera de los municipios de Corumbá y Ladário en Brasil con Bolivia y Paraguay.

PALABRA LLAVE: Frontera, unidades territoriales, integración.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Capitânicas Hereditárias.....	27
Mapa 2 – Províncias do Brasil séc. XVIII .....	29
Mapa 3 – Território brasileiro em 1904 .....	31
Mapa 4 – Território do Acre anexado ao Brasil.....	31
Mapa 5 – Estados brasileiros em 2000.....	35
Mapa 6 - Território boliviano no Vice-reinado do Alto Peru .....	36
Mapa 7 - Perda territorial na Guerra no Pacífico pelo Chile .....	41
Mapa 8 - Território da Bolívia perdido para o Brasil, na Guerra da Borracha.....	43
Mapa 9 - Território boliviano do Chaco perdido para o Paraguai .....	44
Mapa 10 – Mapa político da Bolívia 1993.....	44
Mapa 11 – Guerra do Paraguai .....	50
Mapa 12 – Divisão político - administrativa do Paraguai em doze departamentos.....	51
Mapa 13 - Organização política - administrativa do Paraguai em dezesseis departamentos...52	
Mapa 14 – Divisão política - administrativa do Paraguai em dezenove departamentos .....	53
Mapa 15 – Divisão política - administrativa do Paraguai em dezessete departamentos .....	54
Mapa 16 – Localização da área de estudo na América do Sul .....	58
Mapa 17 – Área de Estudo .....	59
Mapa 18 – Cidades fronteiriças no Brasil e Bolívia.....	63
Mapa 19 – Município de Corumbá .....	64
Mapa 20 – Município de Ladário.....	65
Mapa 21 – Município de San Matias.....	66
Mapa 22 – Município de Puerto Suarez.....	67
Mapa 23 – Município de Puerto Quijarro.....	68
Mapa 24 – Município Fuerte Olimpo.....	69
Mapa 25 – Município Bahia Negra.....	69

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução da Divisão Política do Brasil (1534 – 1940) .....	30
Quadro 2 – Evolução da Divisão Política da Bolívia (1532 – 2003) .....	39
Quadro 3 – Evolução da Divisão Política do Paraguai (1537 – 2006) .....	48
Quadro 4 – Dados do Brasil, Bolívia e Paraguai a escala Estadual/Departamental: 2000 a 2010.....	61

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 EMBASAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
2.1 Conceitos sobre fronteira.....	15
2.2 Conceitos sobre zona de fronteira.....	16
2.3 Conceitos sobre linha e limite.....	17
2.4 Regionalização e ordenamento territorial.....	18
2.5 A Integração fronteiriça.....	21
<b>3 TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO: BRASIL/BOLÍVIA/PARAGUAI.....</b>	<b>23</b>
3.1 A raiz ibérica.....	23
3.2 Acordos e tratados para a demarcação de limites territoriais entre Brasil e a Bolívia.....	24
3.3 Acordos e tratados para a demarcação de limites territoriais entre Brasil e o Paraguai .....	25
3.4 Evolução do território político-administrativo do Brasil.....	26
3.4.1 Brasil Colônia.....	26
3.4.2 Brasil República.....	29
3.5 Evolução do território político-administrativo da Bolívia.....	34
3.5.1 Bolívia Colônia.....	34
3.5.2 Bolívia República.....	37
3.6 Evolução do território político-administrativo do Paraguai.....	47
3.6.1 Paraguai Colônia.....	47
3.6.2 Paraguai República.....	48
<b>4 ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>57</b>
4.1- Localização e definição.....	57
4.2 Indicadores demográficos e Socioeconômicos das Unidades Intermediárias: Estado e Departamento.....	60
4.3 Indicadores Demográficos e Socioeconômicos das Unidades a Nível Local: Municípios.....	61
4.4 Relações de vizinhança entre as unidades locais:Municípios.....	64
4.4.1 Municípios do Brasil.....	64

4.4.2 Municípios da Bolívia.....	66
4.4.3 Municípios do Paraguai.....	68
<b>4.5 Corumbá e os limites da integração local.....</b>	<b>70</b>
4.5.1 Fatores de integração a escala local.....	71
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>75</b>
<b>6 BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente vem sendo muito debatido em todos os níveis do poder a melhor forma de organizar e promover o desenvolvimento nas áreas de fronteira, pois esses territórios são peculiares por natureza. São territórios de choques culturais com diferentes legislações, corredores de atividades lícitas e ilícitas e locais onde as relações de poder afloram mais intensamente pelo sentimento de ameaça à soberania.

De maneira geral os espaços fronteiriços, têm despertado grande interesse no meio acadêmico e na sociedade em geral. Não é para menos com o processo de globalização os espaços vazios das fronteiras transformaram-se em áreas dinâmicas, trazendo consigo um rol imenso de problemas políticos, socioeconômicos e ambientais, o que tem induzido a novas reflexões sobre conceitos e funções destas áreas. Ao invés de fazer somente um papel de limite, soberania e segurança militar, a fronteira tem sido vista como um ambiente integrador.

A fronteira de que trata este trabalho, na qual incluem-se os municípios de Corumbá e Ladário, Puerto Suarez e Puerto Quijarro, Bahia Negra e Fuerte Olimpo, respectivamente pertencentes à Brasil, Bolívia e Paraguai, pode ser vista como uma área complexa sob o aspecto da integração. Ao analisar este aspecto pode-se contatar que as ações que envolvem os três países ainda são muito rarefeita, algumas são implementadas em forma e no caso de projetos federais, nem sempre o município está preparado o suficiente, tanto em recursos materiais como humanos.

Deste modo a integração do município de Corumbá com seus vizinhos a oeste ainda precisa ser desenvolvida em diversos níveis. Um desses setores é a educação, através da geração e disseminação de conhecimentos voltados aos interesses das comunidades fronteiriças. O conhecimento recíproco por parte destas comunidades fronteiriças sobre temas como a história, a geografia, entre outros tantos, pode melhorar nas relações comerciais, econômicas, sociais e políticas.

Dentre o universo incomensurável de temas ainda desconhecidos para a maioria das comunidades fronteiriças, um deles é sobre a forma de organização dos territórios político-administrativos dos países vizinhos. O conhecimento da estrutura e organização territorial político-administrativa e as características da estrutura de poder, facilitaria as relações interinstitucionais, além de ser um conhecimento importe em nível geral.

Considerando esta ausência, este trabalho tem como objetivo conhecer melhor as estruturas territoriais político-administrativas, da Bolívia e Paraguai, e de que forma se dá o encontro destas com a do Brasil a escala local, a fronteira com o município de Corumbá.

Apesar do Brasil, Bolívia e Paraguai terem sido colonizados por países europeus com os mesmos ideais colonialista, ou seja, com mesmas raízes culturais ao longo do tempo os acontecimentos internos levaram esses países a constituírem acentuadas diferenças históricas e culturais. Entre as diferenças que particularizam cada um dos três países destacamos aqui as formas de organização de seus territórios e de suas estruturas político-administrativas. É importante o conhecimento das unidades territoriais político-administrativas destas para a integração das áreas de fronteira.

A partir do mapeamento das unidades político-administrativas se levantou informações referentes aos processos históricos que envolveram a evolução destas estruturas.

É fundamental enfocarmos o processo histórico de formação da fronteira do Centro-Oeste do Brasil com a Bolívia e o Paraguai, e como esse território organizou suas unidades político-administrativas, ao longo do tempo. Pois, como é sabido, o espaço antecede o território e Raffestin (1993 p. 45) afirma que o “território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. E ao se apropriar, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço”. A produção desse território ocorre pela transformação do mesmo através da dinâmica das funções, redes e dos fluxos que passam a se fixar ali: criação de portos, estradas, rodovias, ferrovias, aeroportos, comércio etc. O autor ainda enfatiza “O território nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Esta relação de poder na fronteira é explícita na concepção de Cataia (2007, p. 06) “A fronteira como linha é sempre mais absoluta, servindo de marco onde os Estados nacionais, segundo a intensidade de seus poderes, exercem a vigilância (sanitária, demográfica, ideológica, policial ou militar)”.

Foram pesquisados dados de caráter demográficos e socioeconômicos, disponíveis nos bancos de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Brasil (IBGE), Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE), e Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos de Paraguai (DGEEC), órgãos responsáveis pelas estatísticas nacionais. Estes foram coletados levando em conta as características de cada uma das três estruturas nacionais, com ênfase na realidade a nível local das unidades fronteiriças em questão.

Decorrente com suas particularidades históricas, culturais, socioeconômicas e

políticas, cada estado ou nação organizou de forma diferenciada seu território em unidades segundo níveis hierárquicos de poder e dimensão espacial.

Nesse sentido foi construído um mapa representando os municípios de Corumbá/Ladário no Brasil juntamente com as unidades político-administrativas da Bolívia e Paraguai em nível local. Este respondeu a algumas questões, entre elas: qual, ou quais são as unidades existentes na Bolívia e o Paraguai para confrontar territorialmente com o município de Corumbá? Em que posição se encontra estas unidades dentro das estruturas daqueles países? Como se articulam espacialmente as unidades entre si?

Pode-se comprovar que a grande maioria dos mapas que referenciam essa fronteira mostra informações somente até a linha de limite do seu território nacional. Esta interrupção na representação cartográfica dificulta a visão do conjunto na zona de fronteira, informação básica para as ações que envolvem a educação, a saúde, a segurança, a infraestrutura e o meio ambiente, problemas que afetam essa zona de fronteira e que não podem ser mais tratados de forma unilateral.

A integração na fronteira envolve diferentes tipos de sociedades organizadas nas instituições públicas, que obedecem aos diferentes níveis da administração pública, e estão subordinadas ao estado, organizado em territórios administrativos.

Compreender como as unidades político-administrativas estão organizadas e como funcionam, ou seja, conhecer o outro lado é fundamental para o processo de integração, porque pensar em integração significa ver o conjunto, unir as partes, constituir um todo, completar.

Desta forma, a linha que limita o município de Corumbá no Brasil, com os seus vizinhos na Bolívia e Paraguai, é o enfoque central juntando as continuidades e descontinidades territoriais considerando seus aspectos naturais, culturais e socioeconômicos em seus diferentes níveis. Faz-se necessário para maior entendimento desta fronteira a comparação destas diferentes formas de organização e entender a estrutura das relações do poder político exercido internamente nestes países.

A metodologia utilizada nesta pesquisa está centrada no levantamento e estudo bibliográfico do tema. No levantamento bibliográfico buscamos livros, sites, artigos relacionados à história da formação dessas fronteiras. Foram examinados sites governamentais para o estudo da constituição brasileira, boliviana e paraguaia. A pesquisa constou, também, do levantamento de diversos mapas cartográficos do recorte dos municípios que fazem parte da fronteira em estudo.

Na realização deste trabalho foram adotados os seguintes procedimentos e técnicas de pesquisa: Pesquisa bibliográfica de assuntos relacionados ao tema: análise conceitual sob diferentes óticas ligadas a fronteira, faixa de fronteira, zona de fronteira, limite e linha, seguindo-se a linha de Raffestin. A parte da formação da fronteira da evolução histórica da divisão Político-administrativa, e da Integração entre Brasil, Bolívia e Paraguai, utilizou-se livros na biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal, apostilas do curso de mestrado em Estudos Fronteiriços, revistas e artigos eletrônicos sobre fronteira, além de visitar os consulados boliviano e paraguaio no Brasil na cidade de Corumbá.

A análise documental utilizando mapas com o recorte dos municípios fronteiriços ao município de Corumbá (BR) demandou uma intensa procura na internet, nas livrarias e nas prefeituras da Bolívia e também nos consulados, para então ser possível fazer o cruzamento das informações e igualar as diferentes escalas para conseguir confeccionar as figuras representando uma fronteira integrada.

Assim mesmo, foram levantados dados de jornais eletrônicos e da prefeitura do município de Corumbá para descobrir as ações conjuntas que estão sendo desenvolvidas com os municípios fronteiriços da Bolívia e do Paraguai.

## 2 EMBASAMENTO TEÓRICO

### 2.1 Conceitos sobre fronteira

Na leitura de Steiman e Machado (2002 p. 04), “entre os séculos XIII e XV surge a palavra fronteira na maioria das línguas européias, derivada do latim ‘front’”. Não foi originalmente aplicada a uma linha e sim a uma área que também poderia ser denominada na Europa medieval por zona ou região e possuía largura. A classificação mais conhecida de fronteira era a de fronteiras naturais e artificiais. As fronteiras naturais eram os rios e montanhas que serviam de limites na defesa dos territórios, porque quanto maior e mais forte fosse a defesa física, a paz entre os territórios se estabeleceria.

Para Nogueira (2007 p. 29), a palavra fronteira “remete ao latim ‘front’, in front, às margens. A fronteira é em regra geral, um espaço definido pelo outro que está no centro (etnocêntrico), sendo, portanto, subordinado.”

Segundo Raffestin (1993 p. 19), “Durante muito tempo, as fronteiras foram mal definidas, raramente bem delimitadas e, a *fortiori*, ainda menos demarcadas (...). Procuravam na fronteira mais uma zona de defesa do que um traçado linear preciso”. Machado (apud Castrogiovanni 2010 p. 27) que diz que “a noção de fronteira é muito mais antiga daquela de limite internacional”.

O grupo de estudo Retis (s.d), observa que “a origem histórica da palavra fronteira mostra que o seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontâneo, indicando a margem de um mundo habitado”. O mesmo grupo também dá ênfase à palavra limite, que é de origem latina, ressalta que “foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização”.

## 2.2 Conceitos sobre zona de fronteira

Na leitura de faixa de fronteira encontramos algumas variáveis utilizadas. Cada país estabelece a sua faixa de segurança nacional que corresponde a uma largura específica com o objetivo de definir sua territorialidade econômica e cultural.

Na abordagem do significado de zona de fronteira, Machado e Steiman (2002 p. 11) colocam que “A zona de fronteira seria composta pelas faixas de cada lado do limite internacional, caracterizando-se por interações que, embora internacionais, criam um *milieu* próprio de fronteira, só perceptível na escala local e ou regional”. Para as autoras, é difícil delimitar a zona de fronteira, mas seria um local de interação entre as diferentes nacionalidades em que os trabalhadores mais qualificados poderiam buscar opções de trabalho de um ou do outro lado da fronteira.

Para Raffestin (1993 p.31) a zona de fronteira é “bastante falada e não vivida” ou seja, o Estado faz o discurso de região para a fronteira ao mesmo tempo que “ele corta, subdivide, delimita, quadricula, encerra...(...)”. Usa um discurso regional, mas que na prática não ocorre, tornando-se um discurso contraditório. Para o autor, a região seria vivida se ela tivesse autonomia, quer dizer, “trata-se de redescobrir, para as coletividades, malhas concretas que se oponham às malhas abstratas propostas pelo estado. Estamos certamente no limiar de uma era na qual a região, a que é vivida, desempenhará um papel cada vez maior para as diversas comunidades”.

O autor faz também uma observação quanto à política criada pelo Estado, as tessituras ou conjunto de origens políticas: “em geral têm uma permanência maior do que as resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa: os limites, políticos e administrativos, são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estruturas e de conjunturas”. (RAFFESTIN 1990 p. 11).

Essas tessituras não deixam de existir como acontece com as fronteiras econômicas, pois elas mostram o estado no direito de sua soberania. A fronteira é uma consolidação de vários fatores físicos, humanos, culturais, sociais, econômicos, políticos que estão postos em uma dinâmica relação de poder entre os territórios.

### 2.3 Conceitos sobre linha e limite

Com o surgimento do Estado moderno, e com a utilização da representação cartográfica mais avançada, a fronteira passa a ser delimitada e marcada, e o mapa constitui o instrumento que vai dar precisão aos limites de fronteira. Atualmente as imagens de satélites, os mapas e cartas topográficas mostram os limites tão explícitos como nunca visto antes. E curiosamente ocorre num momento em que há mais contato humano nas fronteiras dando a impressão de que as mesmas “teriam desaparecido” como menciona Machado.

Segundo Raffestin:

Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Nesse caso, os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto com o poder. Limites de propriedades e limites funcionais podem coincidir, superpondo-se, ou, ao contrário, se recortarem. Mas vê-se logo que, na qualidade do sistema sêmico, os limites são utilizados para manifestar os modos de produção. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder. (RAFFESTIN, 1993 p. 18)

O autor afirma também que “delimitar é, pois, isolar subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa.” Porém, muitas vezes a linha toma-se também por uma zona já que as atividades econômicas e culturais existentes nessa área de fronteira não se rompem momentaneamente no território.

O exercício da demarcação é necessário, pois possibilita que se exerçam funções legais de controle, permitindo que se regularizem normas para as atividades desenvolvidas em áreas de fronteira. As funções legais são mais tranquilas porque não lhe são atribuídos significados negativos, mas quando se trata de ações de controle da circulação de pessoas e mercadorias o clima torna-se mais tenso. Já as ações de controle fiscal têm o objetivo de desempenhar um papel fundamental na política econômica protecionista.

De qualquer maneira, o limite é importante porque é uma forma de evitar atritos nas áreas de fronteiras colocando impedimentos ideológicos, políticos e jurídicos.

Para Castrogiovanni (2010, p. 26 – 27), “O limite é uma expressão convencional, abstrata e artificial de uma função que é a de exercer a separação territorial ou abstração a disfunções espaciais no âmbito jurídico através da circunscrição de uma unidade estatal”.

Na visão de Magnoli (1997, p. 240-241) a linha de fronteira surge em uma “etapa intermediária, a da delimitação, que consiste num ato de apreensão intelectual do espaço geográfico em questão, possibilitado pelo acúmulo de um vasto conjunto de informações e refletido nos documentos cartográficos sobre os quais é traçada a linha divisória”.

## 2.4 Regionalização e ordenamento territorial

Ao longo da história da humanidade, diferentes sociedades têm procurado formas de organização do espaço. Os antigos impérios e os modernos países de hoje reconhecem a importância estratégica de usar esse instrumento para consolidar o território e conseqüentemente seu poder.

Em relação a organização territorial dada pela fragmentação dos territórios em unidades político-administrativas, possibilita um maior controle, reprodução e expansão das relações socioeconômicas vigentes, que se intensificaram muito com o processo de globalização.

Uma unidade territorial político-administrativa, via de regra, pode ser vista como uma convenção que resulta em uma entidade territorial, cuja categoria possui em correspondência limites bem estabelecidos, um “espaço concreto”, partes da superfície terrestre que podem ser perfeitamente representadas nos mapas, por linhas poligonais, cartesianamente localizadas, cuja função é separar superfícies contíguas, indicando o fim de um e o começo de outro, dividindo então as unidades entre si.

Os limites correspondem à linha perimetral que demarca a área sob uma determinada jurisdição, responsável pelo desenvolvimento da unidade e de suas relações externas, quanto à entrada e saída de matéria e energia, da circulação de bens, informações e pessoas.

De tempos em tempos estas linhas precisam ser redesenhadas atendendo às mudanças geopolíticas de repartição expansão e retração de polígonos que representam nos mapas as unidades político-administrativas. A concepção de uma divisão territorial e de sua estrutura político-administrativa correlaciona-se fortemente ao regime político de uma nação

O território de uma unidade político-administrativa sob o ponto de vista do estado social e de sua dinâmica comercial assume outras formas e dimensões,. no entanto, a área delimitada é a que serve de base para os órgãos oficiais na geração e divulgação dos dados estatísticos, como os socioeconômicos e demográficos, para as eleições a cargos políticos, para a arrecadação de impostos, para a redistribuição de renda e para a organização das instituições em geral. Deste modo estas unidades podem ser vistas como as bases territoriais para a planificação e gerenciamento de políticas publicas.

Dentro deste novo contexto mundial o território passa a ser entendido como:

Território é o espaço da prática. Por um lado é o produto da prática espacial: inclui a apropriação efetiva ou simbólica de um espaço, implica na noção de limite – componente de qualquer prática – manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto (usado, vivido pelos

atores, utilizado como meio para sua prática. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006 anpubd RAFFESTIN, (1980), SACK (1993) e BECKER (1988)

Já a territorialidade no seu sentido mais político é uma manifestação geográfica do ato de exercer o poder de uma área delimitada, que é o território. Mas a territorialidade diz respeito também às relações culturais e econômicas a que está relacionada, ao modo como as pessoas usam a terra e organizam seu espaço. Portanto, a territorialidade se mostra desigual, representando diferentes paisagens e culturas no espaço compondo-se, assim, em muitas territorialidades.

Segundo Haesbaert (2005 p. 15), “Hoje existe uma diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades com os quais se pode “jogar””. Com a evolução técnico-científica informacional o mundo se encontra articulado num emaranhado de redes de informação, transporte, comércio etc., muito maior, dando acesso mais rápido aos diferentes territórios e a impressão que se tem, é que as distâncias entre os lugares teriam diminuído. Dependendo da condição social, existem mais opções em desfazer e refazer constantemente essa multiterritorialidade.

Como cita Haesbaert, multiterritorialidade é uma:

Conseqüência direta da predominância dos territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, sobre os territórios zona, exclusivistas e contínuos, que marcaram aquilo que se pode denominar de modernidade clássica, dominada pela lógica territorial exclusivista de padrão estatal. (HAESBAERT 2005 p. 15)

Ainda a multiterritorialidade pode ser física, ou seja, concreta, onde as pessoas se movimentam pelos diferentes territórios, usando meios de transportes, ou informacional, podendo de uma mesma localidade estar se conectando com vários territórios, também chamados de ciberespaços.

Nos dias atuais, pensar em uma forma de organizar o território é complexo pelas suas múltiplas funções e heterogeneidade, fala-se até da necessidade de uma regionalização a nível mundial. Mas, para isso, seria necessário destruir os atuais territórios e reconstruí-los novamente. Para muitos autores, os processos de “desterritorialização são uma das marcas fundamentais da chamada pós-modernidade, afetando diferenciadamente todos os contextos espaciais, tornando-se assim indispensáveis ao estudo de qualquer processo de regionalização”.(HAESBAERT, 2005 p. 15)

Resumindo a desterritorialização, ou des-reterritorialização, se reduz aos atuais processos de regionalização, que estão intimamente ligados ao extraordinário entendimento do tempo-espaço, segundo Haesbaert (1995 p. 19) “não no sentido de uma “superação do

espaço pelo tempo” ou de um “fim das distâncias”, mas de um emaranhado complexo de “geometrias de poder” de um espaço social profundamente desigual e diferenciado”.

A regionalização do território é uma tentativa de fazer a planificação do mesmo com o propósito de diminuir as desigualdades sociais, levando-se em conta as regiões com aspectos semelhantes tanto físicos (natureza) como culturais.

Regionalizar é partir o território, segundo algum critério já existente funcional, usando informações relevantes. Geralmente o critério levado em conta implica análise de vários fatores entre eles, características semelhantes de uma determinada área que representam particularidades e identidade parecidas.

Para Jacometti e Souza (2010 p.18), “O termo regionalização pode ser compreendido como um processo de formação e de transformação de regiões, (...) para fundamentar a elaboração de políticas públicas (...)”.

Um contexto mais amplo que a regionalização e que vem se difundindo muito atualmente é o ordenamento territorial, uma ciência nova com conceitos ainda em desenvolvimento.

Ordenamento territorial, como a própria palavra já diz, ordenar uma ordem, mandato, lei que vem do macro de uma visão ampla. Este processo se fundamenta pelas novas funções dos territórios ordenando as partes ainda que distintas.

Segundo Moraes (2005 p. 45)

O ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, enfocando grandes conjuntos espaciais (biomas, macrorregiões, redes de cidades, etc.) e espaços de interesse estratégico ou usos especiais (zona de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares, etc). Trata-se de uma escala de planejamento que aborda o território nacional em sua integridade, atentando para a densidade da ocupação, as redes instaladas e os sistemas de engenharia existentes (de transporte, comunicações, energia, etc). Interessam a ele as grandes aglomerações populacionais (com suas demandas e impactos) e os fundos territoriais (com suas potencialidades e vulnerabilidades), numa visão de contigüidade que se sobrepõe a qualquer manifestação pontual no território.

Enfim, o ordenamento territorial procura atrair as grandes formas de ocupação onde há a valorização do espaço, em torno das grandes habitações e das inovações técnicas e econômicas rumo aos fluxos (pessoas e mercadorias). O ordenamento territorial tende a fazer um diagnóstico geográfico do território, procurando realizar de forma articulada as políticas públicas, mais apropriadas e eficazes na diminuição das desigualdades sociais e na gestão dos recursos naturais.

Para Costa (2009 p. 75)

Na estrutura brasileira atual, é preciso que se reconheçam cada uma das particularidades locais (municípios) e se reproduza uma totalidade maior, uma coerência regional (Estado) de modo a chegar numa plena articulação do território

nacional. Ou seja, elaborar uma economia de complementaridade territorial de modo que um território transborde suas virtuosidades para o outro e seja atendido nas suas necessidades.

Partindo desse pressuposto, entende-se a importância da integração territorial na fronteira dos municípios de Corumbá/Ladário (BR) com os municípios fronteiriços circunvizinhos, principalmente da Bolívia, onde ocorrem fluxos mais intensos de atividades legais e ilegais, local de maior dinâmica populacional e problemas em comuns do cotidiano.

## **2.5 A integração Fronteiriça**

Com o processo da globalização, os espaços vazios das fronteiras transformaram-se em áreas dinâmicas. Ao invés de fazer somente um papel de limite, soberania e segurança militar, a fronteira está desempenhando um papel econômico de agente integrador.

Nesse sentido, a integração fronteiriça busca promover o desenvolvimento dessas regiões com propostas de projetos em parceria entre países vizinhos que atendam a objetivos comuns nas áreas políticas, culturais, de segurança, saúde, educação, economia e meio ambiente.

Atualmente vem sendo muito debatido em todos os níveis do poder a melhor forma de organizar e promover o desenvolvimento nas áreas de fronteira, pois esses territórios são peculiares por natureza. São choques culturais, diferentes legislações, corredor de atividades lícitas e ilícitas, locais onde as relações de poder afloram mais intensamente pelo sentimento de ameaça à soberania.

O conceito de integração fronteiriça é muito amplo, a priori Mendonça diz que “integração supõe solidariedade”. Isso significa que diante de problemas mais complexos, devem existir programas conjuntos com cooperação mútua entre as partes envolvidas, com um único objetivo de atender às necessidades e promover o bem estar da sociedade local.

O conceito de integração significa equilíbrio, ajustamento, mas não homogeneidade social ou cultural. A integração social procura minimizar as diferenças, orientando e coordenando atividades conjuntas.

Segundo Mendonça (2007, p. 07 apud SCHAPOSNIK 1997) a integração promove “mudanças quantitativas muito importantes, chegando a construir uma realidade diferente do Direito, na Economia ou nas ciências sociais, em geral (...)”

A autora (2007 apud HERZ e HOFFMANN 2004) que citam o conceito de integração como um “processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre os atores levando à criação de novas formas de governança político-institucional em escopo regional”.

Segundo Posse (apud OLIVEIRA p. 141, 1991)

(...) a integração se baseia numa vantagem física: a vizinhança dos países que participam; esta condição se expressa em vários aspectos e especificamente no econômico, em menores custos de transporte e comunicações. Por outro lado, apresentam-se outras dimensões da integração, como a cultural, a ambiental, a política e a social, cuja incidência depende da escala territorial em que o processo de integração é considerado”.

Na leitura de Max (2008, p.01), “Na busca da integração, as instituições que norteiam as ações dos atores fronteiriços são construídas pela convergência de interesses, em níveis supranacionais, de Estados e em níveis locais, gerando diferentes formas de trocas econômicas.” Os estabelecimentos – formais e não formais, formam uma malha penetrável, promovendo uma movimentação constante entre as áreas de fronteira, que com o passar do tempo podem induzir circunstâncias de colaborações coletivas satisfatórias, mesmo com as diferenças entre elas.

A integração entre os países Sul-americanos se deu com a criação do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL. Os países integrantes - Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai se favoreceram principalmente com o aumento das relações comerciais entre si, promovido pela Tarifa Externa Comum. Contudo, o processo de integração necessita encontrar formas de desenvolvimento que incluam todas as localidades de zona de fronteira.

As cidades que mais se beneficiam com o MERCOSUL são as cidades que possuem uma ligação mais estreita pela proximidade geográfica e continuidade física de seus territórios, são as chamadas cidades-gêmeas. Os níveis de integração entre elas se fortaleceram, tanto pelo contato mais direto com o outro como pelo aumento dos fluxos e redes. Para Silva e Oliveira (2008 p. 01) “analisando a situação da América do Sul, no que se refere à integração, em especial no MERCOSUL, os maiores avanços de solidariedade nos campos políticos, sociais, espaciais, culturais e econômicos ocorrem nas cidades-gêmeas”.

### **3 TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO POLITICO-ADMINISTRATIVO: BRASIL / BOLÍVIA / PARAGUAI**

#### **3.1 A raiz Ibérica**

Antes de entramos na divisão político administrativa do Brasil, Bolívia e Paraguai é relevante enfatizar as raízes de seus colonizadores, os portugueses e os espanhóis. Esses países europeus da Península Ibérica possuem um processo histórico em comum. Portugal e Espanha, depois de reconquistarem seus territórios ocupados, antes pelos muçulmanos, lançam-se ao mar em busca de novas conquistas e de terras. Eles foram os primeiros descobridores da América, servindo de espelho para outros países, que seguiram seus ideais na busca de conquista de novas terras, como os ingleses, franceses, holandeses e dinamarqueses. Antes mesmo de conquistarem a América, os Ibéricos já haviam conquistado ilhas Atlânticas.

Os povos Ibéricos que conquistaram os territórios que hoje constituem os países latino-americanos deixaram seu legado, como a religião, o catolicismo muito forte, um sistema econômico baseado no acúmulo de capitais, bem como assentaram as bases para a organização político-administrativa tanto do Brasil quanto da Bolívia e do Paraguai.

As atuais bases, estruturas territoriais político-administrativas do Brasil, da Bolívia e do Paraguai, decorrem do legado colonial ibérico. O processo histórico que se desenvolveu desde o descobrimento e durante o período colonial constituiu-se nas raízes destas estruturas. Estratégias de ocupação e expansão territorial, durante o jogo de disputa entre portugueses e espanhóis demarcaram os limites que dividem e subdividem o continente sul-americano, em idiomas, países, estados, departamentos, províncias, distritos e outros. Além da presença das estruturas dos povos originários, no caso da Bolívia e do Paraguai.

O primeiro dos tratados assinado entre os dois países coloniais do chamado território do Novo Mundo foi o Tratado de Tordesilhas ocorrido em 05 de julho de 1494. Este Tratado vigorou por mais de dois séculos.

Somente mais tarde, já em 1750, surge o tratado de Madri. O mapa feito para as negociações do tratado de Madri, também chamado de Mapa das Cortes, confeccionado por Alexandre de Gusmão, era confuso e mal delineado, até propositalmente para confundir as negociações com os espanhóis. O mapa apresentava o território brasileiro mais estreito e com

encurtamento no sentido norte sul, dando a impressão de uma pequena extensão territorial do Brasil para os espanhóis.

O Tratado de Madri foi anulado entre espanhóis e portugueses devido à falta de credibilidade quanto ao delineamento das fronteiras proposta por Gusmão. Mesmo depois, com o Tratado de Madrid (1763), as evidências do tratado de Madri continuavam a exercer fortes domínios na constituição do território brasileiro quanto à consolidação do mesmo.

Durante a formação e consolidação das fronteiras ao longo do tempo com os países vizinhos, o Brasil anexou outras partes territoriais concedidas em negociações que não existiam no Tratado de Madri.

O Tratado de Santo Ildefonso corrido no ano de 1777 também foi importante para definir o traçado da região sul do país, os espanhóis e portugueses assinaram este Tratado mediado pelos Ingleses e Franceses, onde tomou-se a decisão de que a colônia de Sacramento, a Ilha de São Gabriel na região do Uruguai e a região dos Sete Povos das Missões pertencia aos Portugueses.

O processo histórico da formação da fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai se deu mediante negociações que, ao longo do tempo, foram revistas e reformuladas para se constituir o atual traçado.

Atualmente o Brasil é o maior país da América do Sul e o quinto maior do mundo em extensão territorial. É o único país do Continente Sul Americano que faz divisa praticamente com todos os países vizinhos ao seu entorno, com exceção do Chile e o Equador.

### **3.2 Acordos e Tratados para a demarcação de limites territoriais entre o Brasil e a Bolívia**

Depois de conquistarem sua independência, Brasil (1822) e Bolívia (1825) sentem necessidade de começar a pensar nas negociações a respeito do limite de suas fronteiras.

Surge o primeiro tratado feito entre Brasil e Bolívia, chamado Tratado da Amizade, Limites, Navegação e Comércio, assinado em La Paz no dia 27 de março de 1867. Este tratado tinha por base a “efetiva ocupação do solo, que não excluiu, contudo, razoáveis concessões mútuas por parte dos dois estados. O Brasil concedeu posse à Bolívia nas lagoas de Cáceres, Mandioré, Gaíba e Uberaba; por sua parte esta república abriu mão das suas pretensões no Rio Madeira”. (MELLO 1990 p. 14)

O avanço dos brasileiros na exploração da borracha na Amazônia em direção ao atual território acreano, parte do território boliviano, na época, deixa claro que as fronteiras não estavam tão consolidadas quanto parecia, desencadeando conflitos entre o Brasil e a Bolívia.

Nesse contexto, é criado um novo tratado, o Tratado de Ayacucho, em 1867, que vem redefinir essa fronteira.

Em 1898 observa-se que o avanço dos brasileiros sobre as terras bolivianas continuava, então é redigido um novo tratado o Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903 entre Brasil e Bolívia, depois da guerra do Acre. Neste tratado, o Brasil, em troca do território acreano indenizaria a Bolívia com o valor de dois milhões de libras esterlinas e construiria uma estrada de ferro (Madeira – Mamoré) permitindo uma saída para o oceano Atlântico, que acabou não se concretizando.

No dia 25 de dezembro de 1928, o Tratado de Natal entre Brasil e Bolívia tinha o intuito de complementar e caracterizar melhor as áreas de fronteira entre os dois países, dando ênfase principalmente à ligação ferroviária entre os mesmos.

O tratado de Natal fica melhor definido pelas notas Reversais do Acordo de Roboré em 1958, quando os representantes do governo da Bolívia e do Brasil se reúnem na cidade boliviana de Roboré e assinam acordos referentes ao comércio, cooperação econômica e técnica, limites, negociações com petróleo, ligações ferroviárias e intercâmbio fronteiriço.

### **3.3 Acordos e tratados para a demarcação de limites territoriais entre o Brasil e o Paraguai**

O primeiro acordo sobre limites constituído pelo Brasil e Paraguai foi o Tratado de Limites ocorrido em 09 de janeiro de 1872, efetuado posterior à guerra da Tríplice Aliança. Neste tratado o governo brasileiro e o paraguaio decidiram que o traçado de limites dos países corresponderia ao trecho que vai da foz do rio Iguazú, no rio Paraná, até a foz do rio Apa, no rio Paraguai. Sob o mesmo tratado de Limites se desenvolve um tratado de Limites Complementares onde decidem redefinir o traçado já existente, neste o trecho estaria compreendido entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra.

No tratado de Limites Complementar ficava estabelecido que a margem direita do rio Paraguai fizesse parte do Paraguai e a margem esquerda do mesmo, ao Brasil. As ilhas existentes nessas localidades, com exceção da Ilha Fecho dos Morros, que é brasileira, o restante das ilhas situadas do lado oriental ou ocidental do rio Paraguai e as que posteriormente vierem a aparecer pertencem ao Brasil ou ao Paraguai. Uma comissão mista também foi formada pelo governo desses dois países com o intuito de fazer a planta do rio Paraguai com suas ilhas e canais, desde a confluência do rio Apa até onde deságua a Bahia

Negra. Essa comissão tinha por objetivo fazer estudos topográficos e geodésicos da área, colocando marcos necessário para fazer a delimitação dessa fronteira.

Em 1973 surge a Ata da Foz do Iguaçu que tinha por objetivo o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná, que segundo o DECRETO LEGISLATIVO N° 23, DE 1973, determina que:

Art. 1 – São aprovados os textos do tratado para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o salto Grande de Sete Quedas ou salto Guaíra até a foz rio Iguaçu e de seus anexos, firmados entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, a 26 de abril de 1973, bem como os das notas então trocadas entre o Ministro das Relações Exteriores dos dois países.

No artigo 7º desta Ata fica firmado que nada mudaria nos limites de fronteira feito no Tratado de 1872, ou seja, os dois países Paraguai e Brasil continuariam com os mesmos traçados fronteiriços.

### **3.4 A evolução do território político-administrativo do Brasil**

#### 3.4.1-Brasil colônia

A divisão político-administrativa do território brasileiro passou por várias etapas até chegar à atual configuração. A primeira ocorreu logo após seu descobrimento no século XVI, dividindo o território em capitânicas hereditárias. Foi à maneira que a coroa portuguesa encontrou para proteger a colônia de invasões estrangeiras principalmente dos ingleses, franceses e holandeses que praticavam a pirataria. A divisão resultou em 15 capitânicas hereditárias, eram grandes extensões de terras que foram cedidas a poucas pessoas da nobreza e para amigos de confiança do rei que contribuiriam para o povoamento e desenvolvimento das regiões litorâneas. (map.1)

Esta teria sido a primeira estrutura administrativa do Brasil. O poder descentralizado em grandes territórios, com administrações independentes e regime privado de poder.

Na leitura de Blossfeld (2008 p.03), ele coloca que no período do Brasil colônia:

A determinação que a economia exerce na sociedade parece também transparecer na forma como a política vai se organizar nesse momento. Graças a certa falta de interesse da Metrópole, que acaba deixando a cargo dos colonos a organização política, vão se formar as Câmaras Municipais que constituem a verdadeira administração da colônia, e obviamente serão administradas pelos senhores rurais, tidos como “nobreza” colonial ou homens bons. Dessa forma, o Estado colonial até o século XVII apresenta-se como um instrumento de classe desses proprietários, que muitas vezes contrariavam as próprias leis da metrópole.



Mapa 1 - Capitânicas hereditárias  
 Fonte: ALBUQUERQUE, M. M., 2006

Esse sistema de capitânicas acabou não dando certo porque os donatários não conseguiram dar conta das grandes porções de terras que lhes foram cedidas, por vários motivos: desinteresse, falta de recursos financeiros, descaso da metrópole, entre outros fatores. Com o fracasso das capitânicas, a coroa portuguesa mudou o regime político substituindo-o pelo formato de Governo-Geral (1549). Nesse sistema, as capitânicas perderam sua condição de território autônomo e passaram a ser subordinadas a um poder central, o Governo-Geral, que era constituído pelo ouvidor-mor (justiça), o provedor-mor (finanças) e o capitão-mor (defesa). Para completar o quadro administrativo local tinham as Câmaras Municipais, formadas pela elite regional e responsável pelo município.

No século XVII, a preocupação dos colonizadores se concentra em colonizar as terras mais ao oeste e se empenharam em organizar expedições em direção ao interior do Brasil em busca de recursos que pudessem aumentar o domínio português. Os bandeirantes foram os empreendedores dessas expedições e desbravadores dos sertões do Brasil, contribuindo para o povoamento do interior do país e aumento do domínio português que ia além do Tratado de Tordesilhas.

Com o aumento da extensão do território brasileiro ocorrido pela entrada dos bandeirantes, torna-se necessário fazer uma nova divisão político administrativa do país que passa de capitânicas hereditárias para condição de província. Cada província tinha seu próprio

governo subordinado pela administração do Governo-Geral controlado por uma monarquia, dividindo os poderes em quatro: Moderador (imperador), o Legislativo (assembléia geral câmara dos deputados e senadores), o Executivo (imperador) e o Judiciário (supremo tribunal de justiça). (COSTA, 1999)

Durante esse período, algumas províncias não aceitaram a Constituição imposta por D. Pedro I, desencadeando conflitos como a guerra de Cisplatina que desanexou a província sulista que compreendia o território do Uruguai. A província do Pará se desmembra formando o Amazonas e a província do Paraná se separa de São Paulo. O atual estado do Rio de Janeiro era a capital do Brasil Império e para ser diferenciado das províncias passou a se chamar município neutro.

Esses conflitos desestabilizaram o governo do Imperador Dom Pedro I, que perdeu prestígio entre o povo que se manifestou pedindo seu afastamento. Com esses acontecimentos ele acaba deixando seu trono para seu filho, D. Pedro II e retorna a Portugal.

Surge um novo período denominado Período Regencial (provisório), que foi governado por regentes devido à menor idade do novo Imperador.

No período Regencial, as províncias conquistam grandes avanços em direção à sua autonomia. A autonomia dada aos governos provinciais era necessária, pois, por meio dessas as Câmaras Municipais seriam amparadas e articuladas a fim de atenderem aos objetivos de um Estado normatizador cuja sede se encontrava distante, no Rio de Janeiro. Logo, os municípios, orientados por suas respectivas Câmaras Municipais, seriam alcançados e colocados na política formalizaste do Império por meio de governos provinciais autônomos e membros do poder central, o que lhes era confiado através da relativa outonomia de suas Assembléias provinciais. Diante disso, como moeda de troca, estes acabavam servindo aos interesses do Estado. (COSTA, 1999)

Como efeito cascata, os interesses do centro se ramificavam como uma teia: do Governo Central às Províncias, das Províncias aos Municípios, dos Municípios ao povo. Com isso, tais Câmaras municipais, apesar de terem seu poder legislativo limitados, serviam para execução de um projeto maior: normatizar a sociedade, tornando-a disciplinada, logo, civilizada e moderna.

A forma territorial do Brasil quando Província no séc. XVIII mantinha a parte litorânea como conhecemos atualmente, mas os limites da porção Oeste ainda estava em formação. (map. 2)



Mapa 2 – Províncias do Brasil séc. XVIII  
 Fonte: ALBUQUERQUE, M. M., 2006

O segundo reinado iniciou-se com a maioridade de D. Pedro II. O poder ficou dividido em Moderador (Imperador), Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado), Executivo (Primeiro Ministro e Conselho de Ministros) e Judiciário (Supremo Tribunal de Justiça). Neste período ocorreram mudanças importantes no país, como a Guerra do Paraguai, o destaque na economia no cultivo do cacau, algodão e café, que passaram a ser produzidos em grande escala, além da extração da borracha e a guerra do Acre (1903), e a imigração de italianos para trabalhar nas lavouras de café. (KOSHIBA, s.d)

### 3.4.2 Brasil República

Logo após a Guerra contra o Paraguai (1864 – 1870), os movimentos republicanos a favor da República e os movimentos abolicionistas se fortaleceram. Os grandes latifundiários que produziam cana-de-açúcar entram em decadência pela crise do açúcar e pelos movimentos abolicionistas no nordeste do país. Em contrapartida, os produtores de café aumentavam seu poder e apoiavam o movimento Republicano, tornando-se fundamental para a proclamação da República. Com o governo enfraquecido, não foi uma tarefa muito difícil derrubá-lo, logo se instala a República. (COSTA, 1999)

No quadro 1 são mostrados resumidamente os períodos e as transformações da evolução divisão político-administrativa do Brasil colônia até a República.

Quadro 1 - Divisão Política do Brasil: 1534 – 1940

<b>Regimes Políticos</b>	<b>Épocas</b>	<b>Unidades Políticas</b>	<b>Números</b>
Brasil Império	Séc. XVI Séc. XVII	Donatarias	14
		Donatarias ou Capitanias	15
		Colônia	01
Brasil Império I Reinado II Reinado	Séc. XIX Séc. XIX	Província	19
		Província	20
		Município Neutro	01
Brasil República	Séc. XIX  e XX (1º metade)	Estados	20
		Estados atuais	26
		Distritos	01
		Territórios	01

Fonte: “Anuário Estatístico do Brasil, ano III”.  
Extraído Séries Estatísticas Retrospectivas.  
IBGE Rio de Janeiro: IBGE, 1986. (Co-Patrocínio CNI)

No livro “da Monarquia a República” Costa (1999 p. 248) cita que:

Depois da Independência, os núcleos urbanos continuaram na dependência das oligarquias rurais. O sistema eleitoral adotado, baseado no princípio da eleição indireta em que os eleitores e elegíveis eram selecionados segundo critérios censitários, excluiu da vida política amplas camadas da população, não alterando as bases de poder tradicionalmente existentes.

Com a instalação da República o Brasil passa a se chamar Estados Unidos do Brasil, as antigas províncias se transformaram em vinte estados da federação, o ex- município neutro passa a ser um Distrito Federal e cada estado tem seu próprio governo (map. 3). Logo em seguida o território do Acre (map.4) passa a fazer parte do território brasileiro.

Com a República, há a necessidade de se elaborar uma nova Constituição que foi promulgada em 1891. Segundo Koshiba (s.d):

Em vez de quatro poderes, como no Império, foram adotados três: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Executivo, exercido pelo presidente da República, eleito por voto direto, por quatro anos, com um vice-presidente, que assumiria a presidência no afastamento do titular, efetivando-se, sem nova eleição, no caso de afastamento definitivo depois de dois anos de exercício.

Legislativo, com duas casas temporárias Câmara dos Deputados e Senado Federal que, reunidos, formavam o Congresso Nacional (...).

Judiciário, com o Supremo Tribunal Federal, como órgão máximo, cuja instalação foi providenciada pelo Decreto nº 1, de 26 de fevereiro de 1891, que também dispôs sobre os funcionários da Justiça Federal. Os três poderes exercer-se-iam harmoniosamente, mas independentemente.



Mapa 3 – Território brasileiro em 1904  
 Fonte: ALBUQUERQUE, M. M., 1986



Mapa 4 – Território do Acre anexada ao Brasil  
 Fonte: ALBUQUERQUE, 1986

O período Republicano é dividido em duas partes: a República Velha e a República Nova. A República Velha foi marcada pelo domínio da oligarquia cafeeira formada pelos

grandes proprietários de terras, dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a República girava em torno dos interesses desses grupos de elite da época.

Durante esse período da República Velha, houve guerras, revoltas, e movimentos (Balaiada, Sabinada, Canudos e Farroupilha), mas não vamos nos aprofundar em descrevê-los, pois não é esse o nosso objetivo. É um período em que o Brasil começa a sentir o gosto pela democracia. (COSTA, 19909)

Com muitos descontentamentos e o crescimento de duas vertentes uma baseada no nazismo e outra no socialismo, surge à abertura para um regime ditatorial que toma o poder e se instala por 20 anos.

Após este período conturbado, inicia-se uma transição para a democracia. A partir de então, o Brasil tem vários presidentes no poder que vão consolidando um governo democrático. Nos dias atuais, a constituição brasileira é formada pela União, 26 Estados e 1 Distrito Federal (Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santos, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins mais o Distrito Federal) e 5.564 municípios. (map.5)



Mapa 5 – Estados Brasileiros 2000  
Fonte: ALBUQUERQUE, 1986

Em 1988, a Constituição Política Administrativa do Brasil, quanto à organização dos estados e a organização dos poderes atualizada em 2010, fica assim:

## **Da Organização do Estado**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (Nova redação dada pela [EC nº 15, de 1996](#))

-

## **TÍTULO IV**

### **Da Organização dos Poderes**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO PODER LEGISLATIVO**

###### **Seção I**

###### **DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º - Cada Território elegerá quatro Deputados.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º - A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º - Cada Senador será eleito com dois suplentes.

(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2010).

As eleições municipais, na escolha de Prefeito, Vice – Prefeito e Vereadores também são realizadas de quatro em quatro anos. O número de vereadores é estipulado conforme o número de habitantes de cada município. Segundo Araújo (2006 p. 17):

O Prefeito é escolhido diretamente pelo voto da maioria dos eleitores. Os Vereadores são eleitos por voto direto da população segundo o sistema de representação proporcional dos partidos políticos. As duas eleições são simultâneas e os representantes de cada Poder possuem um mandato com duração de quatro anos.

O Prefeito exerce funções políticas, executivas e administrativas. Tem a faculdade de propor leis à Câmara Municipal e, em alguns casos, sua iniciativa na matéria é privativa.

Sem relação de subordinação com o Poder Executivo, a Câmara Municipal exerce duas funções primordiais: legislativa e fiscalização financeira do município.

No exercício da função legislativa, o papel da Câmara Municipal é votar leis de competência do município onde são fixadas políticas e normas para a administração local, e são estabelecidas regras de observância obrigatória para os cidadãos.

Na constituição política administrativa brasileira, os municípios são autônomos, isso significa que eles podem legislar sobre assuntos de interesse local complementando a legislação estadual ou federal no que lhe couber, e também instituir e arrecadar tributos de sua competência ou aplicar esses como melhor lhe convier, sem a necessidade de prestação de contas publicando balancetes com prazos fixados. O Estado somente irá intervir caso o município não pague suas dívidas durante dois anos consecutivos ou não cumpra com o mínimo exigido da receita destinado à saúde e à educação.

Os municípios devem manter cooperação técnica e financeira da União e Estado para os programas de educação infantil e fundamental e nos serviços de atendimento à saúde da população.

Dentro de suas possibilidades, os municípios podem fazer o ordenamento territorial com planejamentos que visem o uso adequado da ocupação do solo urbano.

O Brasil é um dos países do mundo que mais atribui poderes aos seus estados e municípios, para desenvolverem suas políticas públicas. Os municípios de Corumbá/Ladário – MS possuem autonomia para elaborar leis e projetos mais específicos para regiões de fronteira que visem maior integração com seus países vizinhos (BO, PY), mas é necessário conhecer a constituição e a divisão político-administrativa desses países, saber a que instância se dirigir dentro de cada um desses territórios para então alcançar êxito.

### **3.5 A evolução do território político-administrativo da Bolívia**

#### **3.5.1 Bolívia colônia**

Toda a América do Sul, com exceção do Brasil, foi colonizada pelos espanhóis. Francisco Pizarro e Diego Almagro saíram do Panamá em 1531 e chegam à costa do Peru; e com astúcia conseguiram vencer a civilização Inca que reinava todo aquele território na

época. Vitoriosos da batalha decidem fazer a partilha do território conquistado entre si. Porém, as desavenças entre os dois fizeram com que Pizarro propusesse a Almagro a exploração da parte meridional. Os homens de Almagro, então, penetram no atual território boliviano fundando Paria e Tupiza. (INE, 2009)

Diferentemente dos portugueses que não conseguiram de imediato fazer a exploração de metais preciosos no Brasil, por encontrarem diversas dificuldades naturais e também pelo fato dos nativos não possuírem o conhecimento desta prática, os espanhóis encontraram uma civilização urbana que possibilitou a exploração das grandes áreas mineradoras com pessoas nativas que praticavam essa atividade.

No período da conquista os espanhóis, muito preocupados com problemas na Europa, criaram os “adelantazgos”, pessoas incumbidas de administrar os territórios do Novo Mundo por conta própria, que gozavam de autonomia e podiam se apropriar das riquezas que encontrassem, contanto que pagassem impostos para a Coroa. Este período durou 50 anos.

O aumento dos abusos dos “adelantazgos” contra civis e a exploração maior riquezas minerais (prata), a Espanha toma a decisão de tomar as rédeas dos territórios, conquistados no continente americano. E para melhor administrar esses territórios implanta um sistema de Vices-reinados, dividindo em quatro: Nova Espanha (México – 1535), Peru, Rio da Prata (Buenos Aires – 1776), e Nova Granada (Venezuela – 1538). Logo apareceram também as Capitânicas Gerais; essas eram compostas por Cuba, Venezuela, Guatemala (Nicarágua, Honduras e Costa Rica), Chile e Flórida. Tanto nas capitânicas quanto nos Vice-reinados o poder era descentralizado.

Nesse sistema existiam os Cábildos, formados por uma classe da elite dominante espanhola nas colônias, que além de fazerem parte das câmaras municipais, atuando nos locais mais importantes da América, eles também faziam parte da administração do poder local, responsabilizando-se pela escolha do alcaide de cada região. Os cargos considerados mais baixos eram atribuídos aos crioulos de origem espanhola, mas nascidos nos territórios coloniais. Os cabildos representavam a liberdade e a democracia locais e tinham autonomia de gestão. (INE, 2009)

Para a escolha dos Vices-Reis, existia o Conselho das Índias (ultramarinho) que os nomeava, também era fiscalizado pelas Audiências, ou seja, eram ouvidores que tinham função judiciária nas colônias americanas.

Nesse período a Bolívia fazia parte do Alto Peru, por quem era administrada. Por Lima estar muito afastada e por ser uma região muito rica, as autoridades de Lima decidiram criar uma audiência de Charcas (1539) na cidade de Chuquisaca atual Sucre incluindo a esta Santa

Cruz e parte do território Paraguai. O presidente da assembleia possuía autoridade jurídica, poderes administrativos e executivos na região no que lhe cabia o tratamento de assuntos rotineiros, sendo que as decisões mais importantes eram tomadas por Lima.

Por volta de 1559, o Vice-Reinado do Peru (map.6) define os limites da audiência de Charcas (território boliviano), da seguinte forma:

El norte hasta El Collao (Ayaviri y Asillo), al noreste por las provincias de Moxos, al este y sudeste por las tierras de Chiquitos y El Chaco Boreal, más las jurisdicciones de Tucumán, Juries y Diaguitas, y em el sur, El Desierto de Atacama pertencia a Charcas. Em El siglo XVII (1617), estos limites fueron reducidos, quitando de La Audiencia de Charcas el gobierno del Rio de La Plata. (INE, 2009 p.39).



Mapa 6 - Território boliviano no Vice-reinado do Alto Peru  
Fonte: PORTILLO, 2009

Em 1548, foi fundada a cidade de Nuestra Señora de La Paz. A descoberta de prata em Potosí (1543), pelo Índio Diego Huallpa, atraiu um grande número de mineiros, o que a tornou uma das maiores e mais importantes cidades na época.

Em 1574, o Vice-Rei Toledo encarrega o capitão D. Luiz de Fuente a fazer a fundação de uma vila no vale de Tarija. E, no altiplano, D. Manuel Castro de Padilha funda a cidade de Oruro (1606). E finalmente em 1622, se consolida a fundação de Santa Cruz de La Sierra.

A Igreja também teve uma grande contribuição na colonização do país. Através da catequização, os padres jesuítas percorriam pelos territórios povoados de povos indígenas fundando vilas Missionais que exerciam, inclusive, um papel administrativo nessas localidades (Chiquitos e Moxos).

Mais tarde, por volta de 1776, o Vice-reinado do Peru se junta ao novo Vice-reinado do Rio da Prata, que fazia parte da Argentina, amparado pela assembléia que, ao mesmo tempo, era a maior corte de apelação na jurisdição. Na falta do Vice-Rei, ela também exercia domínios administrativos e executivos. (INE, 2009)

Essa mudança de Vice-reinado provocou alterações na configuração territorial e constitucional da Bolívia. Segundo Arze (s. d.):

En 1776 se creó el Virreinato del río de la Plata, o Buenos Aires, y Charcas pasó a depender de esta nueva unidad administrativa y política. La jurisdicción de la Audiencia de Charcas se dividió entonces en 4 intendencias, subdivididas cada una en partidos, reemplazando así a los corregimientos. En 1782 se crearon las intendencias de La Plata, Potosí, Cochabamba (que incluía Santa Cruz de la Sierra y las gobernaciones de Mojos y Chiquitos) y La Paz. En 1784, se creó la Intendencia de Puno (Chucuito, Puno, Lampa, Azángaro y Carabaya) que en 1796 pasó a depender del Virreinato del Perú y de la Audiencia del Cuzco. Tarija, en cambio, formó parte inicialmente de la Intendencia de Potosí pasando en 1806 a Salta.

Mesmo antes de terminar o século XVIII, desperta um sentimento de independência entre os indígenas, reúnem-se um grande número de caciques e acabam com todo vice-reinado. Essa rebelião provocou muitas mortes e desestabilizou o Reino espanhol (1767) – pela influência do Marques de Pombal, levando ao fim o regime constituído. Os jesuítas também foram expulsos. Alguns acontecimentos no mundo, como a independência norte americana e a revolução francesa, também influenciaram e anteciparam a independência da Bolívia que já trilhava esse caminho.

### 3.5.2 Bolívia República

Em 6 de agosto de 1825 se instala a República na Bolívia, com Bolívar seu primeiro presidente considerado pelos bolivianos um libertador do país. Durante seu mandato, promulgou a Constituição Vitalícia. Esta constituição foi muito bem aceita e aprovada; tinha como principais características:

- a. O governo da Bolívia é popular e representativo (Art. 7).
- b. Assume a religião Católica como oficial com exclusão de qualquer outro culto (Art. 6)
- c. A soberania emana do povo, e seu exercício reside nos poderes que estabelece a Constituição (Art. 8)
- d. Estabelece a presidência vitalícia da República (Art. 77)
- e. A Constituição garante a liberdade civil, a segurança individual, a propriedade privada e a igualdade das pessoas diante da lei. (Art. 149)
- f. O poder supremo se divide em: Eleitoral, Legislativo, Executivo e Judicial (Art. 9)
- I. Do Poder Eleitoral

- Exercem-no os cidadãos em exercício, “nomeando por cada cem um eleitor”.
- O corpo eleitoral se compõe dos eleitores nomeados pelos sufragistas populares e durará por quatro anos.

- Reunir-se-ão na capital de sua respectiva província no mês de abril para: qualificar os cidadãos para o exercício de seus direitos, nomear os indivíduos que comporão as câmaras, propor ao executivo candidatos para as prefeituras, receber as atas das eleições populares.

II. Do Poder Legislativo, com estrutura tricameral, cada câmara se compunha de vinte membros:

- Câmara dos Tribunos, que tinha a iniciativa na divisão territorial, nas contribuições anuais e gastos públicos; autorizar o Poder Executivo a negociar empréstimos; atribuições para determinar o valor, tipo, lei, peso e denominações da moeda; construção de caminhos, habilitação de portos; na declaração de guerra e acordos de paz, alianças; na força armada, em negócios estrangeiros; conceder carta de naturalização e cidadania a estrangeiros, etc.

- A Câmara de Senadores tinha atribuições para a formulação das leis e outras faculdades.

- A Câmara de Censores para controlar se o governo cumpre e faz cumprir a Constituição, as leis e os tratados públicos; acusar ante o Senado e ante o Poder Executivo; pedir ao Senado a suspensão do Vice-presidente da República.

III. Do Poder Executivo

Era exercido pelo Presidente da República de caráter vitalício, o Vice-presidente e três Ministros de Estado (Interior e Relações Exteriores; Fazenda; Guerra e Marinha).

- O vice-presidente estava no comando dos ministérios, e sucede o presidente por renúncia, morte, dispensa ou ausência deste.

- Segundo Bolívar, o caráter vitalício evitaria as eleições que produzem a anarquia nas Repúblicas

IV. Do Poder Judicial

- Constituído pela Corte Suprema de Justiça, composto por um Presidente, seis vocais e um fiscal, divididos em salas convenientes. As Cortes de Distrito Judicial nos Departamentos que o Corpo Legislativo julgue conveniente. Partidos judiciais estabelecidos nas províncias

- Goza de independência absoluta. (PRENSA LATINA, 2009)

No ano seguinte à Constituição Vitalícia, em maio de 1826, o Congresso encarregou o comando da nação ao general Sucre. Em seu governo com base nas antigas intendências criou os Departamentos de Chuquisaca, La Paz, Potosí, Cochabamba, Santa Cruz e Oruro. No quadro 2 podemos ver resumidamente a divisão político-administrativa da Bolívia durante o período de 1532 a 2003.

A construção da República não foi tão simples, ocorreram vários acontecimentos, como: a saída forçada de Sucre da Bolívia, a presença de Gamarra no território, fazendo pressão para que a jovem nação ficasse submetida ao Peru, e a sua prisão. Esses fatores geraram um período de instabilidade no país (1828 – 1829).

Em 1828 é realizada uma reunião na Assembléia Geral comandada pelo Gral. José Maria Pérez e o Gral. José Miguel Velasco, em Santa Cruz, com a intenção de eleger um Presidente para o país. Porém, a primeira eleição na qual o Gral. Andrés de Santana Cruz foi leito, a assembléia não reconheceu e foi anulada. Meses depois, há uma nova eleição e o Gral. Pedro Blanco se elege presidente. Sua missão era fazer a prisão de Gamarra e tirar a Bolívia da influência do Peru. Após cinco dias de seu mandato, Blanco é assassinado e Velasco, o Vice-presidente, toma o poder Santa Cruz. (INE, 2009)

Quadro 2 - Divisão Política da Bolívia (1532-2003)

<b>Regime Político</b>	<b>Época</b>	<b>Unidade Política</b>	<b>Número</b>
Bolívia Vice-Reinado Alto Peru	Séc. XVI	Colônia	01
		Audiências	01
		Províncias	04
		Missiones	02
Bolívia Vice-Reinado Rio da Prata	Séc. XVI e XVII	Audiência	01
		Intendência	04
		Província	02
Bolívia República	Séc. XVIII	Departamento	06
		Província	-
		Município	-
Estado Plurinacional da Bolívia	Séc. XXI	Departamentos	09
		Províncias	112
		Municípios	327
		Áreas Indígenas	144

Fonte: INE, 2009

As tensões entre Gamarra e Santa Cruz aumentam, o país fica dividido entre os que concordavam em anexar novamente a Bolívia ao Peru (Gamarra) e os que defendiam a independência do território boliviano.

Nesse transe de instabilidade, a Bolívia encontrava-se em verdadeira desordem, com déficit fiscal, o exército todo desorganizado, uma grande carência institucional e legal; a única referência era a constituição Vitalícia. Santa Cruz teve a tarefa árdua de colocar a Bolívia nos eixos, por isso diz-se que ele foi à verdadeiro construtor da nação boliviana.

Na tentativa de reestruturar a nação, sobe ao poder Mariscal de Zepita (militar político), que encontra uma solução para a consolidação e fortalecimento do país,

estabelecendo uma aliança entre Peru e Bolívia. Com sua ajuda o país começa a passar por um período de reconstrução.

Entre 1829 e 1835, ainda sob o governo de Mariscal de Zepita, elaborou-se uma nova constituição que substituiu a antiga, inspirada nos ideais napoleônicos. A Bolívia foi o primeiro país sul-americano a ter código civil, penal, de procedimentos mercantis e minerador. No ano de 1831 Tarija integrou-se à Bolívia, tornando-se espontaneamente departamento do país, não aceitando fazer parte da Argentina. (INE, 2009)

Esse período foi marcado por grandes avanços: superaram-se os déficits públicos, criou-se uma economia protecionista para impulsionar a indústria, surgiu o primeiro banco, foi estimulada a mineração (ouro); realizaram-se dois censos, um em 1831 e outro em 1835. Foi declarada ainda a saída pelo mar através do porto La Mar (Cobija); regularizaram a propriedade de terra aos agricultores e aos caciques que estava há mais de 10 anos na propriedade.

A Bolívia se transformou em uma nação organizada e respeitada. Mariscal de Zepita acreditava num projeto integracionista entre os países sul-americanos por terem um passado comum (Peru – Bolívia).

No ano de 1836, o território peruano entra em conflito interno e pede apoio a Santa Cruz que prontamente o apóia e passa a ser nomeado como novo Estado Confederado, seu Supremo Protetor. Nesse mesmo ano, a aliança estabelecida entre Peru e Bolívia chegava ao fim.

Com o término do pacto da Confederação entre Peru e Bolívia, surgem pressões externas, a Argentina e, principalmente o Chile, passam a interferir no território boliviano. Até que em 1839 Manuel Bulnes (um militar chileno) se junta aos ideais chilenos e, juntamente com o apoio da oposição boliviana e peruana, derrotam Santa Cruz.

A Bolívia passa novamente por um período de desordem, correndo o risco de desaparecer como Estado soberano.

Com esses acontecimentos Velasco (que era oposição) retoma o poder na Bolívia. Seu governo se deu com a criação de uma nova Constituição (1839) que oficializava Sucre a Capital da República. (INE, 2009)

O governo de Velasco teve curta duração, foi derrotado por Gral. José Ballivián em 1841, que venceu Gamarra provocando sua morte em combate. Ballivián tomou o poder do governo da Bolívia e conseguiu reestruturar o território boliviano. Seu governo foi fundamental na integração do noroeste boliviano, com a criação do departamento de Beni que compreendia as missões de Moxos.

Depois do governo de Ballivián, a Bolívia teve outros presidentes, mas só em 1873 houve eleições com um número maior de pessoas participando, mesmo assim eram restringidos as mulheres, analfabetos, e não podiam concorrer às eleições quem não tivesse uma situação mais abastada que lhe desse certo respaldo.

Em 1879, a Bolívia trava uma das batalhas mais dramáticas de sua história, a guerra do Pacífico. Os ideais expansionistas do Chile invadiram o litoral boliviano, que tinha sido delimitado pelo vice-reinado do Peru, era uma área de aproximadamente 120.000 km<sup>2</sup> fazia parte do departamento de Potosí e tinha seu próprio prefeito.

Nessa guerra, a Bolívia estava em desvantagem, pois não possuía navios de guerra, tinha pouca força militar na região e a maioria da população que morava no local era de origem chilena. A Bolívia pede ajuda ao Peru para vencer o Chile, mas em outubro de 1879 os bolivianos são derrotados e o Chile toma conta do litoral da Bolívia, que fica sem saída para o mar. Essa perda territorial do litoral boliviano pelo Chile causou sérios problemas econômicos para o país, que ainda se refletem nos dias atuais. No mapa 7 é representado o litoral do território boliviano perdido na guerra para o Chile.



Mapa 7 - Perda territorial na Guerra do Pacífico pelo Chile.  
Fonte: FREIRE. E. M., 2008.

A Bolívia foi pressionada a firmar um acordo de trégua com o Chile, e foi obrigado a encontrar outra rota para obter saída para o mar, o plano foi explorar o Chaco.

Na busca de uma solução para a crise em que o País se encontrava, a elite dominante toma as rédeas da situação e se instala no poder adotando um modelo neoliberal de governo. Surge, então, o que chamamos de Estado Oligárquico.

Essa mudança de poder iria mudar o rumo do país. Forma-se, uma convenção que reúne nomes importantes de homens que faziam parte da sociedade boliviana para aprovarem uma nova constituição.

Essa nova Constituição privilegiava a elite dominante, era individualista e dava direito incontestável à propriedade privada, foi à constituição que mais tempo vigorou na história boliviana (1880-1938). (INE, 2009)

Depois de um período conturbado pelos acontecimentos já mencionados e a queda do preço da prata fez com que o país entrasse em colapso.

O descobrimento e exploração da goma nos territórios do Acre na parte noroeste da fronteira com o Brasil e o achado de estanho reanimam a economia boliviana. Entre 1890 e 1920, foi determinado o auge econômico muito importante para a Bolívia.

Porém, os brasileiros também estavam fazendo a exploração da borracha e já ultrapassavam os limites territoriais, adentrando a Bolívia (atual Acre), criaram problemas de limites de fronteiras entre os dois países.

A Bolívia já estava enfraquecida pelas constantes guerras e problemas internos, encontrava-se com um exército debilitado, ainda tinha dificuldade de trazer os soldados da parte andina (área mais densamente povoada) do país para a Amazônia, vendo seu rival disposto a guerrear, se sentiu obrigada a firmar um Tratado com o Brasil, conhecido como Tratado de Petrópolis. Nele constava que a Bolívia cederia o território acreano (map.8) ao Brasil e em troca de uma compensação econômica em libras esterlinas e uma estrada férrea.

O dinheiro recebido do Brasil ajudou muito na reconstrução da Bolívia, que se encontrava totalmente arrasada. Alguns anos mais tarde (1932 - 1935), a Bolívia trava uma nova guerra por disputa territorial. Desta vez ocorre no sul do país, na divisa com o Paraguai, conhecida como a Guerra do Chaco.

O Chaco, depois da perda do litoral boliviano para o Chile se tornou de vital importância pelas reservas de recursos petrolíferos em seu território, pois sua área de planície permitiria acesso ao rio Paraguai e ao rio da Prata chegando ao Oceano Atlântico.

A Argentina tentava mediar as negociações entre os dois países, mas de ambos os lados não havia acordo.

Em 1931, o presidente da república, Daniel Salamanca, assume a presidência da Bolívia e rompe definitivamente as relações diplomáticas com o Paraguai.



Mapa 8 – Território da Bolívia perdido para o Brasil, na Guerra da Borracha.  
Fonte: FREIRE. E. M., 2008.

Segundo Reys (2009, p. 177), “desde cedo os paraguaios superaram em capacidade militar o exército, inimigo”. Foi à batalha que mais deixou militares mortos na Bolívia e no Paraguai. A Bolívia teve a perda dos territórios do Chaco e sua economia arruinada.

A derrota deixou a Bolívia desolada, com sua economia arruinada. Daniel Salamanca foi tirado do poder pelos militares e o vice ocupa seu lugar, Tejada Sorzano, que logo trata de assinar um acordo de paz com o Paraguai. O território boliviano perdido na guerra para o Paraguai ver (map.9).

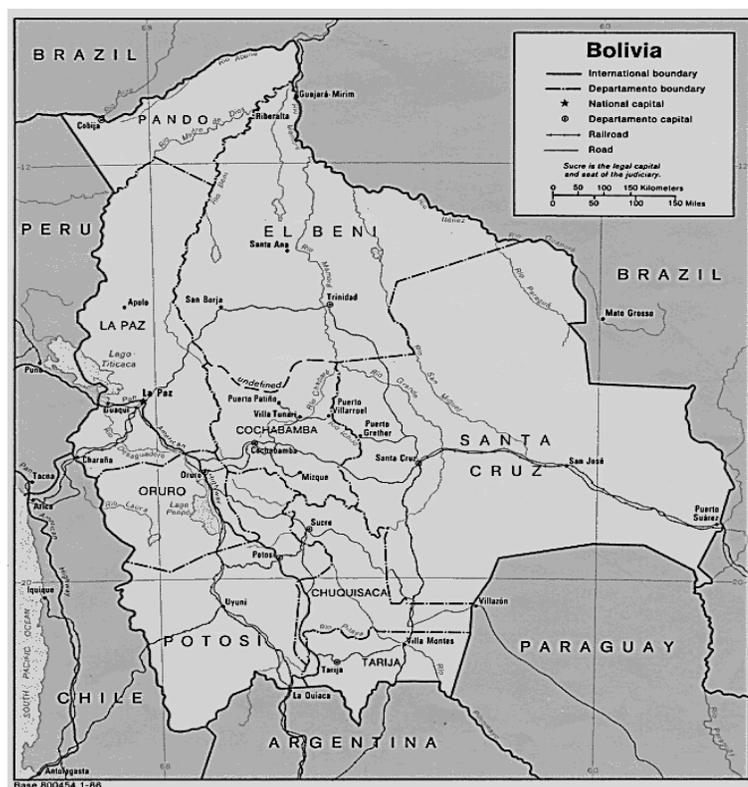
As perdas territoriais do Pacífico, do Chaco e do Acre mudam a configuração do território boliviano (map. 10), seus limites departamentais e nacionais.

Com tantos acontecimentos e sucessivas derrotas, em 1938 uma Assembléia Constituinte resolve modificar a Constituição de 1880, individualista que beneficiava a elite do país. A nova redação dessa Constituição mudava a direção da carta magna, destacava a responsabilidade do Estado, restringia a propriedade privada, sendo esta um direito social, introduziu à obrigatoriedade à educação e a saúde. Essas mudanças mostravam o início da intervenção estatal. Estaria tudo bem se o ingresso desse novo governo não se declarasse um ditador, cobrando altos impostos (100%) dos produtos destinados à exportação.



Mapa 9 – Território boliviano do Chaco perdido pelo Paraguai.  
Fonte: FREIRE. E. M., 2008.

Entre 1932 a 1952, a Bolívia viveu um período de importantes mudanças, economia instável e revoluções internas, até que no dia 21 de julho acontece o primeiro passo para o fim de uma democracia excludente do passado. O voto, que era restrito a uma pequena parcela da população, passou ser outorgado às mulheres e analfabetos e qualquer cidadão de maior idade.



Mapa 10 – Mapa político da Bolívia 1993  
Fonte: EMBAIXADA DA BOLÍVIA, 1993.

Mesmo com essas mudanças, o país continuava a caminhar a passos lentos, não conseguindo encontrar um rumo; só num período de 4 anos, entre 1978 e 1982 troca nove presidentes.

A partir de 1982 até o ano 2000 inicia-se um processo que dá ênfase à infraestrutura rodoviária e a construção de aeroportos. Uma das obras mais importantes foi à construção do gasoduto entre Bolívia e Brasil, para abastecer principalmente os estados brasileiros, São Paulo e a capital do Rio Grande do Sul Porto Alegre.

Em 2006, a vitória presidencial de Evo Morales foi um marco para a história da Bolívia, o primeiro candidato de origem indígena consegue se eleger. Uma das primeiras medidas de seu mandato foi fazer a redução dos altos salários dos cargos do Poder Executivo, foram feitas também modificações na lei da Organização do Poder Executivo, configurando uma nova estrutura na administração estatal. (INE, 2009)

Mostrando-se simpático aos movimentos sociais, Morales entrou em divergência com os prefeitos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija. Diante disso, o Congresso Nacional convocou uma Assembléia Constituinte para um Referendo sobre a Autonomia dos Departamentos. Nas eleições, Morales ganhou com 54% dos votos, os departamentos de La Paz, Oruro, Potosí, Cochabamba e Chuquisaca, ou seja, a maioria dos departamentos estava o seu favor. Com isso, os departamentos continuaram sob seu domínio.

Em outubro de 2008 Morales consegue aprovar uma nova Constituição que, segundo ele, iria libertar a Bolívia do colonialismo interno e externo, e a Bolívia passa a chamar Estado Plurinacional da Bolívia. Também houve uma votação onde foi aprovado o fim dos latifúndios, limitando as áreas das propriedades rurais em 5.000 e 10.000 hectares no máximo.

A Nova Constituição boliviana é composta por 411 artigos, destes, uma grande parte aborda a questão indígena. O país é formado por uma maioria de origem indígena e mestiça, aproximadamente 80% da população que sempre foram representados pela elite branca, minoria.

Segundo Castro (2007 p. 02-03):

De fato, a nova Constituição garante direitos específicos de controle sobre a própria jurisdição à população de origem indígena e campesina. Dessa maneira essas populações teriam um maior controle das regiões sob sua jurisdição, através de suas próprias autoridades, quase independentemente de instituições públicas e privadas.

A Constituição proposta alteraria substancialmente o poder entre as elites tradicionais e a maioria da população. Localizadas nas regiões de maior riqueza, onde se encontram as grandes fontes de hidrocarbonetos do país, as elites econômicas da Bolívia poderiam perder consideravelmente com a aprovação da Constituição.

Além disso, os recursos naturais passam a ser estatizados, fator que diminui o poder político das regiões do leste, onde se concentra a oposição. Esse movimento

estatizador foi colocado em prática nos primeiros momentos do governo de Morales. A ocupação da Petrobras na Bolívia foi apenas o primeiro passo. A estatização prescreve a posse de 51% das empresas de exploração pela estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (Y.P.B.F.) e o aumento dos preços dos produtos explorados em solo boliviano e vendidos ao exterior. Outro ponto que gerou discussão entre os opositores e até mesmo com líderes internacionais é a cláusula que permite a reeleição ilimitada do presidente.

A Bolívia aprovou, em janeiro de 2009, através de Referendum Constituinte, o texto da nova constituição política do estado, com mudanças significativas no que se refere à sua estrutura e organização territorial. Entre as mudanças, extingue a categoria dos Cantões e cria-se a categoria dos territórios indígenas ou campesinos.

De acordo com o art. 269 – I, da constituição – a Bolívia se organiza territorialmente em Departamentos, províncias, municípios e territórios indígenas, sendo estes de origem campesina.

O novo texto reforça a descentralização do poder, através de eleições diretas e maior autonomia para as unidades territoriais.

O Estado boliviano se organiza e se estrutura através de seus poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Eleitoral. Essa organização está fundamentada na independência, separação, coordenação e cooperação desses poderes. A República da Bolívia tem uma forma de governo democrática participativa, representativa e comunitária, os direitos para homens e mulheres são iguais.

O poder Executivo é exercido pelo presidente, maior autoridade do país atualmente, Evo Morales, e seu Vice, e pelos ministros de Estado. O período de mandato é de cinco anos, mas a nova Constituição prevê a reeleição por tempo indeterminado, o que está provocando muitas discussões no país. O Legislativo é formado por duas câmaras: a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Senadores, composta por um presidente e um vice-presidente e ministros do Estado. Sua competência é aprovar e sancionar leis que regem todo o território boliviano. O período de permanência no cargo é de cinco anos, e podem concorrer à reeleição por mais uma vez.

O Poder Judiciário é exercido pela Corte Suprema de Justiça da Nação, pelo Tribunal Constitucional, pelas Cortes Superiores Distritais de cada Departamento, correspondendo a distribuição geográfica do país, bem como pelos tribunais e juízes de instância. Não é permitido o estabelecimento de tribunais ou júris de exceção. O poder Judiciário da Corte Suprema da justiça é composto por doze magistrados que são nomeados pelo Congresso por um período de dez anos. O Sistema Eleitoral é universal, se restringe somente àqueles menores de 18 anos de idade.

O território boliviano está subdividido em nove departamentos: La Paz, Oruro, Potosí (região dos Andes), Cochabamba, Chuquisaca, Tarija (região dos vales), Santa Cruz, Beni e Pando (região dos trópicos), organizados por províncias, as províncias em municípios, os municípios em cantonês (distritos), atualmente extintos com a criação das terras campesinas (indígenas).

A hierarquia de governo entre os poderes dessas estâncias pode assim ser definida: no nível departamental, a autoridade é o Prefeito, nas províncias são Sub-Prefeitos, nas Secciones de Províncias ou Municípios a autoridade é do Alcalde.

Conforme a Nova Constituição, o poder é descentralizado, os departamentos, províncias e municípios possuem autonomia para desenvolverem suas políticas públicas. E repassam para o governo do Estado uma porcentagem de 20% de sua arrecadação.

Mas para que a descentralização deixe de fato de existir, Mecneish (2006 p. 259) menciona que:

(...) é preciso que ocorram ainda muitas mudanças e reformas nas estruturas do governo e as instituições locais funcionarem democraticamente, a descentralização implica a implantação – ou a reforma – de um sistema de comunicação institucional entre representantes localmente eleitos e sociedade civil/Estado. No marco dos sistemas antes politicamente frágeis ou marginalizados, setores da população são ostensivamente agraciados com mecanismos cujos objetivos são arejar sua visão e influenciar os processos de tomada de decisão em nível local.

Na prática, essa forma de poder descentralizado de que tanto o governo boliviano almeja encontra-se em processo de construção. O histórico de um país de governos autoritários na grande parte da história do país deixou marcas difíceis de serem extintas.

### **3.6 A evolução do território político-administrativo do Paraguai**

#### **3.6.1 Paraguai colônia**

O Paraguai, como os demais países da América do Sul, colonizado pelos espanhóis, teve sua ocupação feita pelo interesse de metais preciosos e para frear o avanço dos portugueses.

Os espanhóis adentraram na parte Oriental do território paraguaio, onde se iniciou o processo de povoamento. Esta região era ocupada pelos indígenas Guaranis que até pacificamente aceitaram a entrada dos estrangeiros, ajudando-os a administrar o território. Mais tarde, tentaram conquistar o Chaco, mas as diversidades naturais da região e a resistência dos grupos indígenas daquela área inviabilizaram as primeiras tentativas.

Os primeiros povoados se formaram onde hoje corresponde à atual Asunción. Os padres jesuítas foram também grandes responsáveis pela ocupação do território,

principalmente nas áreas aos redores de Asunción e, mais tarde, se tornaram presentes do nordeste ao sul do país, tanto na ocupação do território quanto na gestão dos recursos naturais.

A ocupação do território paraguaio pelos espanhóis levou a uma mudança de organização espacial do mesmo. Para defendê-lo de invasões estrangeiras criaram-se cidades ao longo do rio Paraguai e Paraná, que funcionavam como cidades portuárias e que, atualmente (Asunción e Ciudad del Este), são as cidades mais importantes economicamente do país. Fundaram-se alguns Fortes, como Forte Olimpo e Villeta, que também serviam como presídios em determinadas ocasiões.

O Paraguai, quando colônia, fazia parte da Argentina, era considerado um distrito da mesma durante os séculos XVI e XVII, estava sob o poder da Intendência de Buenos Aires e pertencia ao Vice-Reinado do Rio da Prata. O Paraguai conseguiu sua Independência em 1811, tornando-se província de Asunción, porém continuou sofrendo com intervenções e pressões externas. Só teve o reconhecimento de sua independência pelos países estrangeiros no séc. XIX, constituindo-se num Estado Nação livre de qualquer intervenção. Logo abaixo segue o quadro 3 a evolução da divisão político-administrativa do Paraguai.

Quadro 3 - Evolução Político Administrativa do Paraguai

<b>Regime Político</b>	<b>Época</b>	<b>Unidade Política</b>	<b>Número</b>
Vice Reinado do Rio da Prata	Séc. XVI e XVII	Colônia	01
		Distrito	01
		Província	01
República do Paraguai	Séc. XIX	Departamentos	12
		Distritos	-
República do Paraguai	Séc. XIX	Departamentos	16 – 19
	Séc. XIX	Distritos	-
República do Paraguai	XX	Departamentos	17
		Distritos	239

Fonte: DGEEC- 2001, VASQUÉZ, 2006

### 3.6.2 Paraguai República

Mesmo depois de sua independência, a República do Paraguai ainda não tinha estabelecido seus limites geográficos com os países vizinhos que questionavam a situação de reclusão geográfica (sem saída para o mar) do país e a dependência de uma economia criada num sistema regional.

O sistema econômico do período anterior a Independência e o posterior a Independência se caracterizou pelos fluxos de entrada e saída de mercadorias que utilizava a hidrovia do rio Paraguai. Todo o fluxo de mercadorias passava pelo porto de Buenos Aires, que exercia um forte poder e controle na economia do Paraguai.

Diante desse fato, o governo de Rodriguez Francia toma a decisão de isolar seu país reduzindo os fluxos econômicos, sociais e demográficos, e desenvolve uma política interna de descentralização e ocupação de todo território paraguaio como uma maneira de conseguir um desenvolvimento auto-sustentável.

Mais tarde o governo fechado de Francia é substituído pelo pensamento moderno de Carlos Antonio Lopes, que assume o poder e estimula a abertura da economia e a entrada de investimentos estrangeiros no país. Essas medidas foram importantes para que o país fosse realmente reconhecido independente pelos países europeus.

O governo de Lopes estimula a abertura econômica do país, volta à questão da necessidade de se ter uma saída para o mar. À solução por ele encontrada foi de conquistar terras na Bacia da Prata que dessem acesso ao oceano Atlântico. Essa decisão provocou uma das guerras mais catastróficas para o país (map. 11). Os países que formavam a Bacia da Prata: Brasil, Uruguai e Argentina, se uniram formando uma Tríplice Aliança contra o Paraguai, que sai derrotado, perdendo grandes extensões territoriais. Com isso, os países vencedores definem os limites do Paraguai com Brasil, Argentina e Uruguai.

O Paraguai com o fim da guerra se encontrava com uma economia fragilizada. Sem dinheiro para recuperar-se, o governo encontra como saída à venda de terras públicas, a maioria delas foi comprada por estrangeiros, que acabaram donos de grandes propriedades na região Oriental e do Chaco.

Em 1901, o Paraguai ainda encontrava-se sob o impacto devastador da guerra contra a Tríplice Aliança. Sua população estava dispersa pelo território sem enlace entre si; na comarca de asuncena é que existia uma maior concentração populacional.

Nesse período, o território estava organizado, segundo Vásquez (2006, p.38), em três espaços definidos: a) A capital Asunción; b) Os 86 partidos da região Oriental; c) O Chaco, sob administração militar.



Mapa - 11 Guerra do Paraguai  
Fonte: CASTRO, L. 2009.

O território paraguaio só passou a se organizar legalmente formando os departamentos alguns anos depois (map. 12), em 1906, na leitura de Vásquez (2006, p. 38)

O Estado paraguayo dividía el territorio em 12 departamentos y estos a su vez em partidos, categoria correspondiente a los actuales distritos, división que constituye el primer ordenamiento territorial com delimitaciones regionales claras, que tendrá vigencia hasta 1945, y em donde los limites estaban fijados generalmente por los rios más importantes de cada región. Los departamentos creados por ley, que se caracterizaban em la mayoría de los casos y em particular los situados al Este del país, por su muy escasa población y gran aislamiento, eram los siguientes:

Concepción	San Pedro
Caragatay	Guaíra
Yhu	Caazapá
Encarnación	San Ignacio
Quiindy	Paraguari
Villeta	Pilar

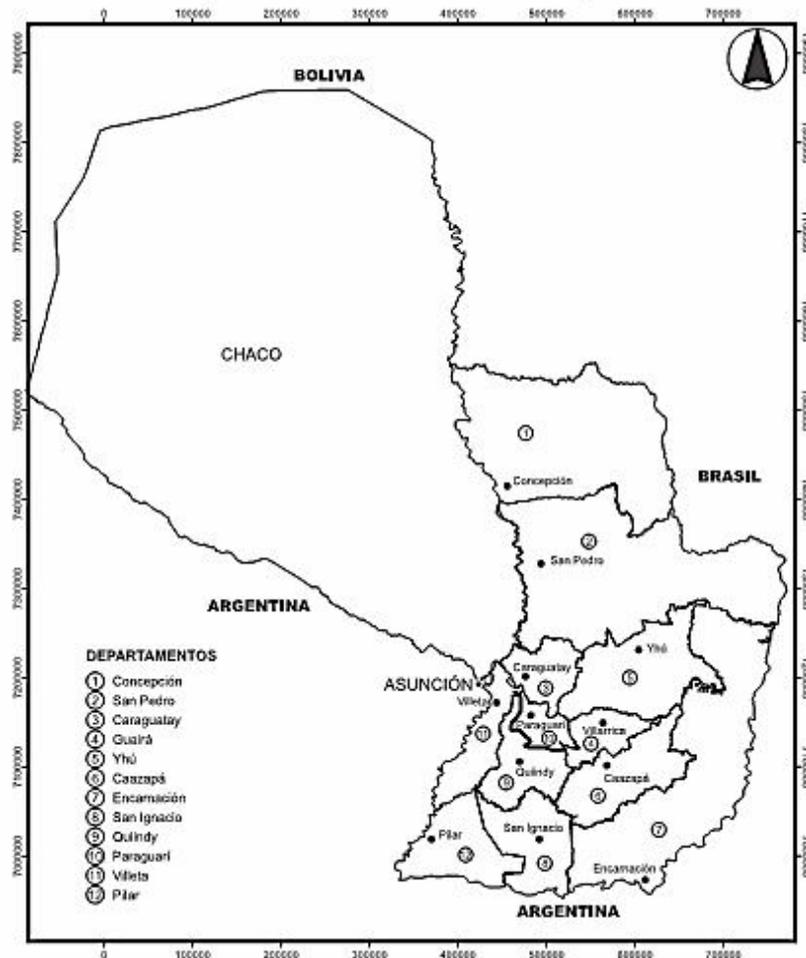
O território paraguaio está dividido em duas regiões: a Oriental e a Ocidental.

Com a fragmentação do território em unidades menores os departamentos subdividiram-se em distritos. O nascimento dessa divisão político-administrativa tinha como principal objetivo transformar o território paraguaio em um espaço funcional, desenvolvendo a economia do país e tornando-o estratégico.

A organização de cada departamento se dava pela importância de uma cidade com influência regional, a capital de Asunción, pelo seu prestígio, constituía por si só uma unidade

territorial independente dos novos departamentos. Como o Chaco (parte Ocidental) não tinha nenhuma cidade importante, continuava na condição de região baixo administrativa militar.

A parte Ocidental (Chaco), situada à margem direita do rio Paraguai, caracterizada por um terreno de planície, é uma região bem menos povoada, formada por uma população campesina onde predomina a agricultura e a pecuária, com um dinamismo econômico bem menor que o da região Oriental. Para Vásquez, ainda estaria se formando uma terceira região em meio as duas já existentes, uma agricultura comercial com dinâmica econômica local diferente daquela agricultura familiar que existia no passado.

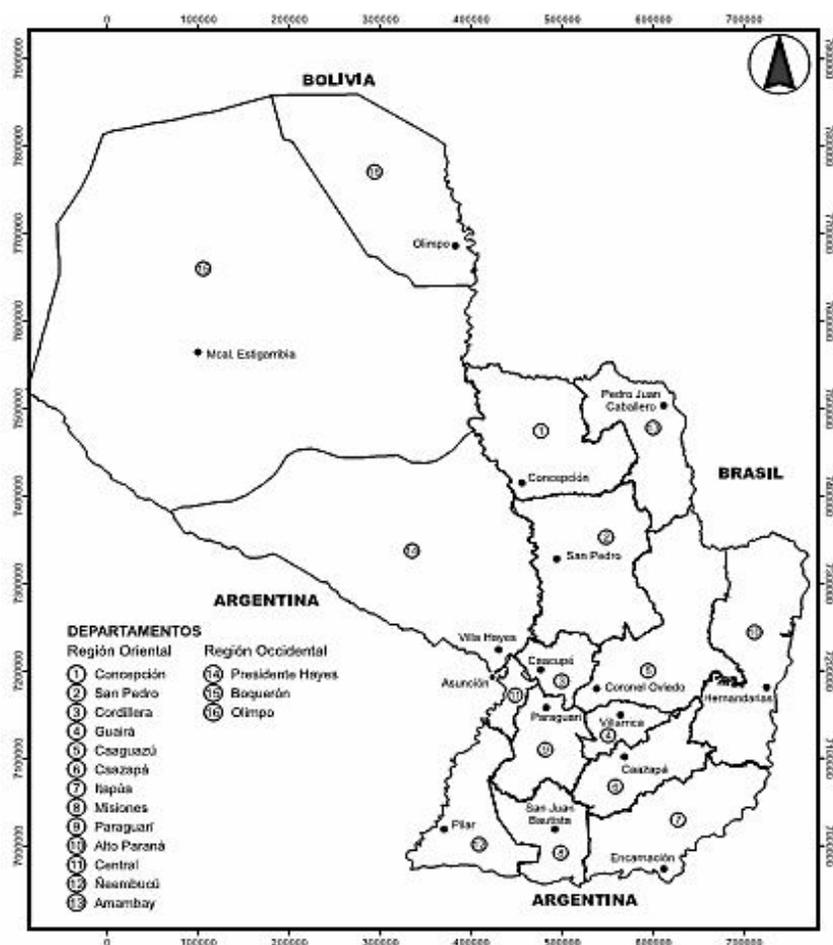


Mapa 12 – Divisão Política - Administrativa do Paraguai em doze departamentos.  
Fonte: VASQUEZ, F. 2006

Em 1945 ocorrem novas mudanças territoriais relevantes. Formaram-se novos departamentos, tanto na parte Oriental quanto na parte Ocidental, que deixa de ser apenas um território de estratégia militar. Nessa divisão somam-se aos departamentos já existentes os novos departamentos de Amanbay, Caaguazú, Alto Paraná e Neembucú; na parte Oriental

(Chaco) formaram-se os departamentos de Presidente Hayes, Boquerón Y Olimpo. O país passa a totalizar 16 departamentos (map. 13).

Quase três décadas mais tarde, em 1973, o Paraguai passaria por nova modificação na estrutura administrativa do território. São criados três novos departamentos, ocorrem poucas modificações na parte Oriental, somente surge o departamento de Canendiyu, resultado do desmembramento dos departamentos de Caaguazú y Alto Paraná. Uma mudança mais considerável foi a criação de um departamento central, cuja denominação é uma referência ao papel centralizador de Asunción e sua zona metropolitana, embora este departamento não se situe no centro da região Oriental nem do país. No Chaco, criam-se mais dois departamentos, possibilitando uma maior e melhor administração nessa região, que passa a ter um total de 19 departamentos. (map. 14)



Mapa 13 – Organização Política – Administrativa em dezesseis departamentos

Fonte: Fonte: VASQUEZ, F. 2006

No ano de 1992, com a aprovação da nova Constituição houve mais mudanças na divisão administrativa dos departamentos. Na região Ocidental, os departamentos do Chaco e

Nueva Asunción integram-se ao departamento do Alto Paraguai e Boquerón, ficando somente com três departamentos na região Ocidental e 14 na região Oriental, retornando o formato do antigo molde de 1945. (map. 15)



Mapa 14 – Divisão Política - Administrativa em dezenove departamentos.

Fonte: VASQUEZ, F.,2006

A Constituição de 1992 faz novas mudanças e complementa a de 1967 que se caracterizava por uma burocracia hierárquica e centralizada em todo o território do Paraguai.

A nova Constituição, segundo Vasquez (2006 p. 137) é:

inspirada em la democracia participativa como sistema de gobierno, introduce profundos câmbios em la gestión del território y en la redistribuição del poder central hacia poderes regionales y locales, al democratizar la designación de autoridades mediante el voto directo para la elección de gobernadores departamentales e intendentes municipales”.

Com essas mudanças, a população paraguaia elege pela primeira vez na história do país seus representantes políticos. Há também uma descentralização do poder do Estado, ainda que restrita em relação às unidades territoriais. Esse processo de descentralização tornou possível o alcance do poder sobre outras competências, provocando em determinados momentos atritos entre os poderes dos municípios e departamentos.



Mapa 15 – Divisão Política – Administrativa em dezessete departamentos

Fonte: VASQUEZ, F. 2006

É importante ressaltar que mesmo com essa “descentralização do poder” Assunção ainda continuava exercendo poder centralizador. O poder executivo nacional mantinha o controle da economia do país, a redistribuição de verbas não seguia uma lógica nem havia a participação da população local regional ou departamental no destino dessa redistribuição.

Os departamentos estavam incumbidos de elaborar um plano de desenvolvimento coordenado com o plano de desenvolvimento nacional e articulado com os municípios, porque

estes estão em contato mais direto com a população local. Os municípios possuem maior autonomia para assuntos básicos, como saúde, construção de estradas, saneamento básico etc., mas não promovem planos de planificação e desenvolvimento local.

O que mais chama a atenção é que nessa forma de governo não existem áreas delimitadas quanto à localização das Instituições locais e regionais, somente os municípios é que possuem sua área de domínio mais definida, conseguindo coordenar melhor suas atividades. Na nova Constituição, o espaço territorial do Paraguai é dividido em três unidades administrativas distintas, departamentos, municípios e distritos, porém, na prática, essas unidades administrativas fazem parte de uma mesma categoria.

A falta de clareza nos limites territoriais e na distribuição dos poderes dificulta o trabalho da Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC), ao organizar os dados estatísticos.

Na leitura de Vasquez (2006 p. 138):

Em efecto, la creación de un nuevo distrito implica, de hecho y en forma unívoca, la creación de un municipio y su respectiva Municipalidad que, con su Intendente y su Junta Municipal, ejercerán la autoridad política y administrativa esse distrito. Asimismo, la Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC), al organizar las estadísticas sociodemográficas del país, las presenta por departamentos y distritos.

Em todo caso, lo que sí la DGEEC delimita em los censos, encuestas y demás estudios de la situación poblacional, es el área urbana todo centro poblado que oficia de capital departamental y municipal y que, generalmente, se encuentra geográficamente delimitado; mientras que el área rural corresponde al territorio restante, vale decir, el que se extiende fuera de los límites urbanos del municipio y que está constituido por población más o menos dispersa sobre caminos de tierra em caseríos o vecindades poço densas que reciben el nombre de “localidades”, “compañías” o “colonias”.

Dentro deste conjunto de informações, entende-se que não existe discernimento jurídico tampouco técnico, de delimitação do espaço geográfico e o ínfimo de infraestrutura para atender a população urbana e rural, principalmente a zona rural, que fica à margem da gestão de desenvolvimento territorial que se concentra mais na área urbana.

Esse sistema de governo, apesar de se dizer democrático, não conseguiu descentralizar os recursos financeiros necessários para promover o desenvolvimento territorial do país.

Outro entrave que dificulta o dinamismo econômico do país é a divisão administrativa dos departamentos e distritos, que segue os moldes de 1906, uma estrutura pesada, desarticulada, com regiões despovoadas e de grandes extensões territoriais. A parte ocidental que compreende a região do Chaco é de difícil administração pela sua grande extensão territorial e vazio demográfico.

A constituição do Paraguai de 1992 apresenta uma forma de governo democrático e representativo. A República do Paraguai é constituída por uma estrutura centrada nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O poder Legislativo é exercido por um Congresso formado pela Câmara de Senadores e Deputados, os candidatos são eleitos diretamente pelo povo e, quando eleitos, permanecem no cargo por um período de cinco anos podendo voltar a serem reeleitos por mais uma vez. As eleições para Deputados e Senadores ocorrem concomitantemente com a do Presidente e Vice-Presidente.

O poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Vice- Presidente em sua ausência. O período de duração do mandato de Presidente da República é de cinco anos. O poder Judiciário compreende a Corte Suprema da Justiça, composta por nove juízes. É o Senado e o Presidente da República que nomeiam os juízes com o apoio de um conselho de magistrados. Existem as Cortes de Apelação, o Tribunal de primeira instância, os Juízes de Arbitragem, de Instrução e de Paz. Cabe à Corte Suprema decidir pelos casos que lhe são expedidos pelas cortes inferiores. As cortes de apelação especiais cuidam dos episódios, trabalhistas, civis e criminais, e as cortes civis lidam com casos comerciais. Os juízes de paz solucionam os casos de menor complexidade.

## 4 ÁREA DE ESTUDO

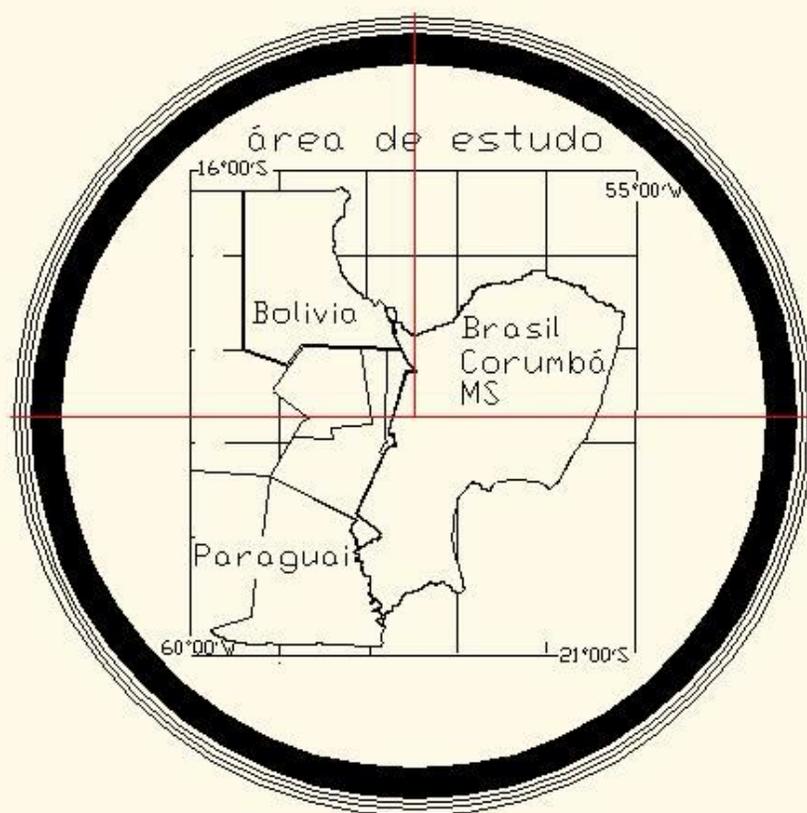
### 4.1 Localização e definição

Para localizar a área tomemos como referencia o ponto de encontro entre as seguintes coordenadas, 18°30'S e 57°10'W, este corresponde ao centro do círculo, mostrado na imagem abaixo. Este círculo possui aproximadamente 150 km de raio, onde esta circunscrita a área de estudo. Como pode ser observado na imagem no retângulo acima a área de estudo ocupa um espaço localizado em uma posição meridiana em relação ao cone sul da América do Sul, simetricamente posicionado entre os dois oceanos. (map. 16). A área de estudo congrega um conjunto de terras na fronteira Brasil, Bolívia e Paraguai.

A definição da área se deu em função do interesse em conhecer as unidades político-administrativas a nível local da Bolívia e do Paraguai que se limitam a oeste com o município de Corumbá, no Brasil. Após minuciosa investigação foi possível organizar um mapa unindo os três lados da fronteira, e assim definindo o mosaico formado entre as unidades político-administrativas locais, da Bolívia e do Paraguai, vizinhas ao município de Corumbá. (map. 17)

Este mapa representou a base para o levantamento de algumas variáveis de cunho socioeconômicas aqui apresentadas. Estas unidades representam o nível administrativo local, sendo a menor subdivisão das estruturas aqui analisadas.

Fazem parte deste mosaico, sete unidades territoriais político-administrativas na escla local, sendo: duas no Brasil, os municípios de Corumbá e Ladário, três na Bolívia, os municípios de San Matias, Puerto Suarez e Puerto Quijarro, e duas no Paraguai, os municípios de Bahia Negra e Fuerte Olimpo.



Mapa 16 – Localização da área de estudo na América do Sul

Fonte: ISQUIERDO, 2011



Mapa 17 – Área de Estudo.  
Fonte: ISQUIERDO, 2011

Os municípios que fazem parte deste conjunto encontram-se organizados de forma hierárquica com outros níveis superiores, já que estes representam a menor divisão de cada um destes países. A Bolívia e o Paraguai apresentam em suas estruturas quatro níveis, desde o nível nacional até o municipal, uma categoria a mais do que o Brasil com três. Porém observa-se que a categoria província na Bolívia, bem como a de distrito no Paraguai, são

categorias territoriais que não estão diretamente associadas ao comando de nenhum tipo de poder executivo, como um prefeito ou governador, embora se associem a uma delimitação territorial, formada pela união de municípios.

Outra questão que chama a atenção é o fato da província de Angel Sandoval ter um único município, cujo território é uma sobreposição. Também chama a atenção o fato dos municípios de Bahia Negra e Fuerte Olimpo, pertencentes ao distrito de Fuerte Olimpo que não possuem nenhum dado sobre sua divisão territorial, mostrando onde se divide a jurisdição dos dois municípios. Portanto a função destas duas identidades territoriais, o distrito do Paraguai e a província da Bolívia é uma questão um tanto obscura.

#### **4.2 Indicadores demográficos e socioeconômicos das unidades intermediárias: Estado e Departamento.**

No Brasil, a nível estadual, o Mato Grosso do Sul apresenta uma população de 2.446.024 hab., possui uma área de 357.14,836 km<sup>2</sup>, com 78 municípios e uma densidade demográfica de 6,86 hab./km<sup>2</sup>. A maior parte dessa população reside na área urbana 2.446.9268 hab., somente 2.097,238hab. vivem na área rural. Este estado brasileiro tem uma expectativa de vida de 74,3 anos de idade, a taxa de mortalidade infantil vem diminuído, 22,8 de cada mil nascidos vivos, a taxa de natalidade representa 16,9 de cada mil habitantes. A taxa de analfabetismo do estado pelo último censo é de 8,7%. O estado está entre os estados brasileiros com maior IDH 0,802, o PIB corresponde a 14.18841, a população abaixo da linha da pobreza é estimada em 34,23%.

Na Bolívia o departamento de Santa Cruz, tem uma população de 2.029,471 hab. , uma área de 370.621km<sup>2</sup>. É composto por 15 províncias e 56 municípios, possui uma densidade demográfica de 4,9hab./km<sup>2</sup>, sendo que a maioria dessa população mora na área urbana 15.45.648 hab. na área rural são 483, 823 habitantes. O departamento de Santa Cruz apresenta uma expectativa de vida de 68,16 anos de idade, a taxa de mortalidade infantil é de 37,25 para cada mil nascidos vivos e a taxa de natalidade corresponde a 28,17 para cada mil habitantes. O analfabetismo é menor que no Brasil, 6% conforme o último censo do país, porém o IDH ainda é considerado baixo 0,688, a população abaixo da linha da pobreza fica em 38%.

No Paraguai, o departamento do Alto Paraguai tem uma população de 11.413 hab. , a população urbana é de 4.328 e a rural é de 7.085 hab. Como podemos observar nessa região a população rural é bem maior do que a população urbana. A área desse território corresponde a 82.349 km<sup>2</sup>, sua densidade demográfica é pequena 0,2 hab./km<sup>2</sup>, é composto por 4 distritos. A

taxa de analfabetismo chega a 13,2%, e a expectativa de vida da população é estimada em 67 anos de idade, o IDH também é baixo 0,679, e 57% da população é considerada pobre. Todos esses dados podem ser observados no quadro 4. É importante salientar que existe um descompasso entre os períodos analisados.

Quadro 4 – Dados do Brasil, Bolívia e Paraguai a nível Estadual / Departamental - 2000 a 2010.

<b>Dados Indicadores</b>	<b>Brasil</b>	<b>Bolívia</b>	<b>Paraguai</b>
Estado / Departamentos	Mato Grosso do Sul	Santa Cruz	Alto Paraguai
População total	2.449, 024 hab.	2.029,471 hab.	11. 413 hab.
População urbana	2. 446, 926 hab.	1. 545, 648 hab.	4.328 hab
População rural	192, 045 hab.	483, 823 hab.	7.085 hab.
Área	357. 145, 836 km <sup>2</sup>	370. 621 km <sup>2</sup>	82. 349 km <sup>2</sup>
Nº de Municípios e Distritos	78 Municípios	15 Províncias 56 Municípios	04 Distritos
Densidade demográfica	6,86 hab./km <sup>2</sup>	4,9 hab./km <sup>2</sup>	0,2 hab. km <sup>2</sup>
Expectativa de vida	74,3 anos	68,16 anos	67 anos
Taxa de mortalidade infantil	22,8 de cada mil	37,25 de cada mil	-
Taxa de natalidade	16,9% por mil hab.	28,17% por mil hab.	-
Analfabetismo	8,7%	6%	13,2%
PIB	R\$ 14.188.41	Bs 25,853	-
IDH	0,802	0,688	0,679
População abaixo da linha da pobreza	34,23%	38%	57%

Fonte: Censos estatísticos, IBGE 2008,09,10, INE, 2000, 01,06,08, DGEEC, 2006,2009 (Adaptado pelo autor).

#### **4.3 Indicadores demográficos e socioeconômicos das unidades a nível local: Município.**

A partir dos dados estatísticos podemos analisar com maior clareza o desenvolvimento do Brasil, Bolívia e Paraguai a nível estadual ou de departamento, e a nível municipal, de província e distrito os indicadores econômicos, demográficos e educacionais. Nessa perspectiva, entendemos que o estado de Mato Grosso do Sul (BR) apresenta os dados estatísticos mais elevados do que dos departamentos de Santa Cruz (BO), e do departamento do Alto Paraguai (PY).

Quando esses dados passam a ser comparados à escala local dentro do recorte da área de estudo, percebe-se que os indicadores diminuem e ficam mais próximos, com exceção do departamento do Alto Paraguai e dos distritos de Fuerte Olimpo e Baía Negra, que possuem baixa densidade demográfica e alto índice de pobreza. São escassos os dados estatísticos do

Paraguai, o censo encontra dificuldades em realizar estatísticas pela própria estrutura político-administrativa do país.

O município de Corumbá-MS (BR) é o que apresenta melhores índices estatísticos e possui maior infraestrutura, se tornando um pólo de atração para as cidades vizinhas da Bolívia que buscam por serviços do setor terciário (escola, hospital, comércio, lazer etc.).

Segundo dados do censo demográfico do IBGE de 2010, o município brasileiro de Corumbá possui uma população de 103.703 habitantes e Ladário 19.617 hab. Dados de 2001 do Instituto Nacional de Pesquisa (INE) apontam que na Bolívia a Província de Germán Busch totalizava uma população de 33.006 habitantes, o município de Puerto Suarez possuía 15.209 hab., o segundo município, Puerto Quijarro, apresentava 12.903 hab. e o terceiro, Carmen Rivero Torrez com 4.894 habitantes. Os distritos do Paraguai, Fuerte Olimpo, Bahia Negra e La Victoria, juntos somam 11.413 hab.(DGEEC, 2009). A soma total da população da área que envolve Brasil, Bolívia e Paraguai na região de fronteira em estudo fica em torno de 167.839 hab.

A maior parte da população dos municípios de Corumbá/Ladário (BR) e dos municípios vizinhos da Bolívia vive na área urbana e apresenta uma densidade demográfica média em torno de 1,46 hab./ km<sup>2</sup>, diferentemente dos distritos de Fuerte Olimpo e Baía Negra, no departamento de Alto Paraguai (PY), que residem em sua maioria na área rural. Esta região apresenta uma densidade demográfica bem baixa: 0,2 hab. km<sup>2</sup>.

A taxa de analfabetismo, segundo dados da prefeitura municipal de Corumbá/Ladário (BR), em 2005 era 14%. O Censo da Bolívia de 2007 divulgou 14,2% de analfabetos na província de Germán Buch; no Paraguai, os distritos de Fuerte Olimpo e Baía Negra, apresentavam 13,2% de analfabetos. Com base nesses dados, podemos observar que as taxas de analfabetismo a nível local são mais altas que as de nível estadual/departamental.

Nos municípios de Corumbá/Ladário, segundo dados censitários, o IDH fica entre 0,771 e 0,775, na Bolívia o IDH dos municípios fronteiriços vizinhos está entre 0.694 e 0,710, nos municípios paraguaios Baía Negra e Fuerte Olimpo o IDH é de 0,665.

É relevante comentar que a maioria da população da área de estudo do território boliviano serve como referência para o restante do país quanto à formação de sua população, cerca de dois terços, 67%, é de origem indígena e ocupa cargos de atividade insalubre, desqualificada e precária.

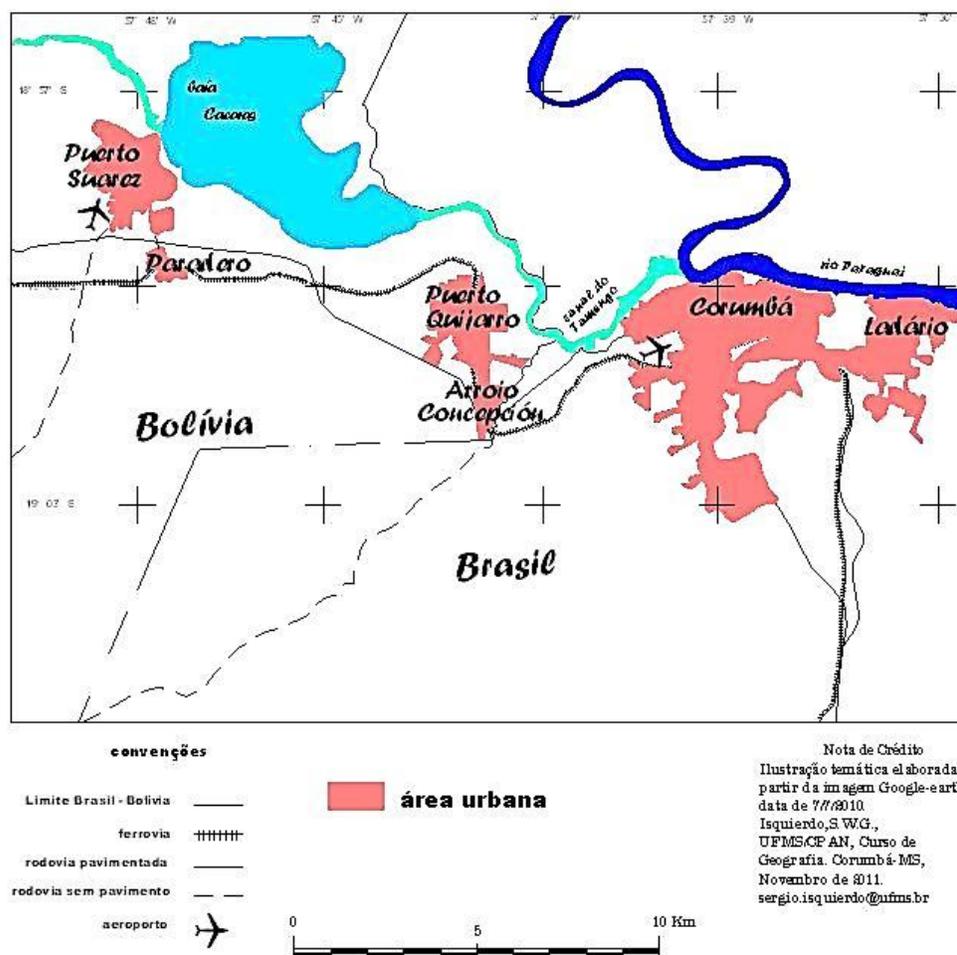
A incidência da pobreza dos municípios da área de estudo é mais elevada do que os dados apresentados a nível estadual ou departamental. Os municípios de Corumbá e Ladário apontam 40,37% da população abaixo da linha da pobreza, no distrito de Germán Buch (BO),

50% da população de seus municípios estão abaixo da linha da pobreza, Forte Olimpo e Baía Negra (PY) apresentaram 57% da população abaixo da linha de pobreza.

Os dados de incidência da pobreza apresentaram índices mais elevados nas localidades municipais em estudo do que os dados a nível estadual ou departamental.

A maior parte da população da área em estudo está concentrada entre os municípios de Corumbá e Ladário (BR), Puerto Suarez e Puerto Quijarro (BO). (map. 18)

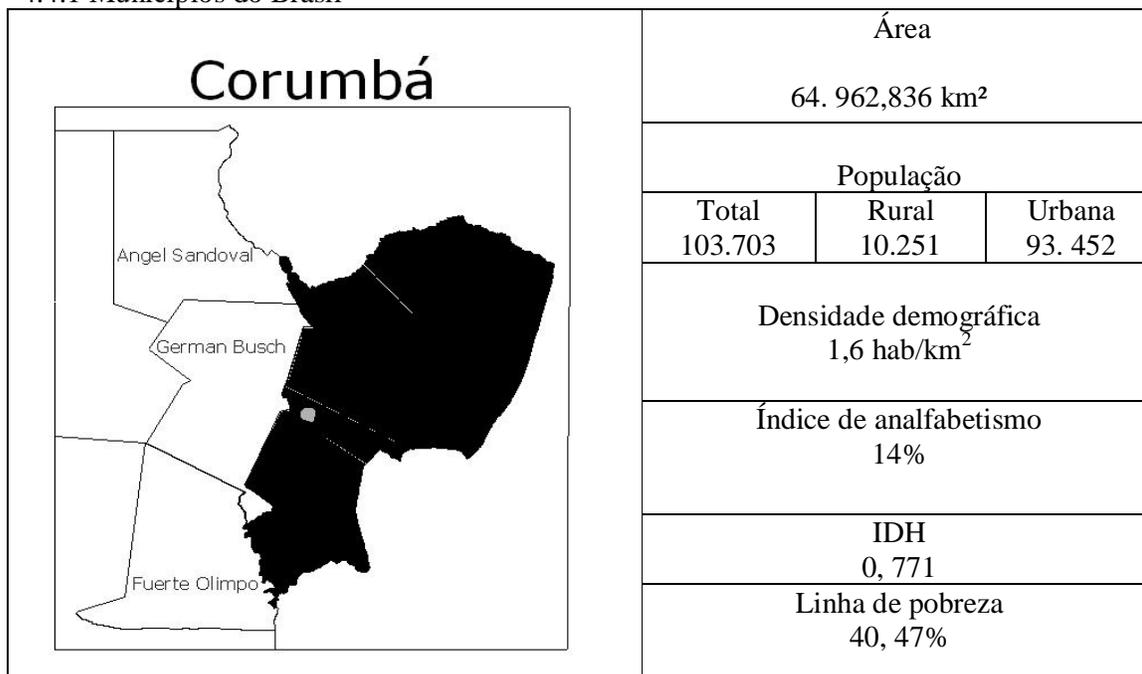
## Cidades na fronteira Brasil (Corumbá) - Bolívia



Mapa 18 – Cidades fronteiriças do Brasil e Bolívia  
 Fonte: ISQUIERDO, 2011

#### 4.4 Relações de vizinhança entre as unidades locais: Municípios

##### 4.4.1 Municípios do Brasil



Mapa 19 – Município de Corumbá  
Fonte: ISQUIERDO, SOTTILI, 2011

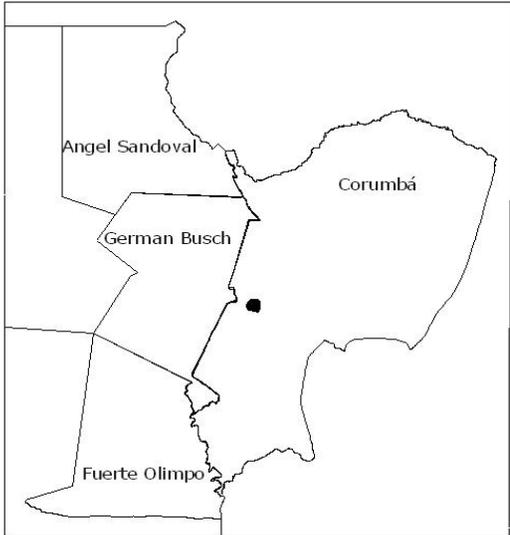
O município de Corumbá é referência dentro dos processos de expansão e ocupação do território brasileiro e representa um ponto importantíssimo nas relações entre Brasil e Bolívia. Município situado a oeste de Mato Grosso do Sul, único do estado a limitar-se com a Bolívia e também o maior em extensão territorial de MS. É contornado a oeste por uma linha de 540 km, limites entre o município de Corumbá-Brasil, com a Bolívia (386 km), e com o Paraguai (154 km). (map. 19)

Em quase todo seu trajeto, a linha limítrofe, entre Corumbá e os municípios dos países vizinhos, incide sobre os terrenos baixos das planícies de inundação do rio Paraguai (pantanal), com exceção ao trecho onde cruza sobre relevos residuais, que são as terras mais elevadas, onde assentam-se as cidades de Corumbá e Ladário do lado brasileiro e Puerto Quijarro e Puerto Suarez na Bolívia..

Com um território de 64.962,836 Km<sup>2</sup> em sua maior parte constituído por terras inundáveis, da imensa planície do pantanal. O município de Corumbá ao norte limita-se com o estado de Mato Grosso, municípios de Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, S. Antônio de Leverger e Itiquira, a leste limita-se com os municípios sul-mato-grossenses de Sonora, Coxim, Rio Verde, Aquidauana, Miranda e Bodoquena e ao sul com Porto Murtinho, também Mato Grosso do Sul. Em seu contorno oeste limita-se com a Bolívia e o Paraguai.

A sudoeste encontra-se o Paraguai, Departamento de Alto Paraguai, Distrito de Fuerte Olimpo, municípios de Bahia Negra e Fuerte Olimpo (capital do distrito).

A oeste o município de Corumbá confronta-se com os municípios de Puerto Suarez e Puerto Quijarro (província de German Busch) e a noroeste com o município de San Matias (província de Angel Sandoval) pertencentes ao departamento de Santa Cruz. (map. 20)

Ladário		
		
Área		
341, 00 km <sup>2</sup>		
População		
Total	Rural	Urbana
19. 617	1. 030	18. 587
Densidade demográfica		
57,57 hab/km <sup>2</sup>		
Índice de analfabetismo		
14%		
IDH		
0,775		
Incidência de pobreza		
39,62		

Mapa 20 – Município de Ladário  
Fonte: ISQUIERDO, SOTTILI, 2011

Circunscrito à área do município de Corumbá encontra-se o município de Ladário, com uma superfície territorial de 341,00 Km<sup>2</sup>. Ladário é um dos raros casos de enclave territorial que se apresenta na organização da estrutura territorial, político-administrativa brasileira. Corumbá e Ladário formaram-se a partir de dois núcleos urbanos, fundados aproximadamente a 6 quilômetros de distância, cujo crescimento resultou em uma única mancha urbana. Desta maneira, embora, Ladário não tenha limites, com a Bolívia nem tão pouco com o Paraguai, faz parte da mesma realidade fronteiriça, desta maneira integra-se a Corumbá.

## 4.4.2 Municípios da Bolívia

San Matias		
		
Área		
24.825 km <sup>2</sup>		
População		
Total	Rural	Urbana
13.073	7.703	5.370
Densidade demográfica hab/km <sup>2</sup>		
0,52		
Índice de analfabetismo		
-		
IDH		
-		
Linha de pobreza		
-		

Mapa 21 – Município de San Matias  
Fonte: ISQUIERDO, SOTTILI, 2011

O município de San Matias encontra-se a noroeste do município de Corumbá e limitam-se por um trecho de aproximadamente 70 km, correspondendo à região do Amolar, lagoas Gaíva e Uberaba, região acessada somente por via fluvial ou aérea (map. 21). Nesta área encontra-se o destacamento militar de Porto Índio e a aldeia dos índios Guatós. No lado de San Matias a área em questão é protegida pela “Área de Manejo Integrado San Matias”, sob administração do Serviço Nacional de Áreas Protegidas.

O município de San Matias limita-se principalmente com o estado de Mato Grosso, município de Cáceres, com o qual se relaciona com certa facilidade. Distante 100 km, a cidade de San Matias, sede do município está interligada por rodovia até a cidade de Cáceres no Brasil.

O município de San Matias é uma sobreposição territorial da província de Angel Sandoval.

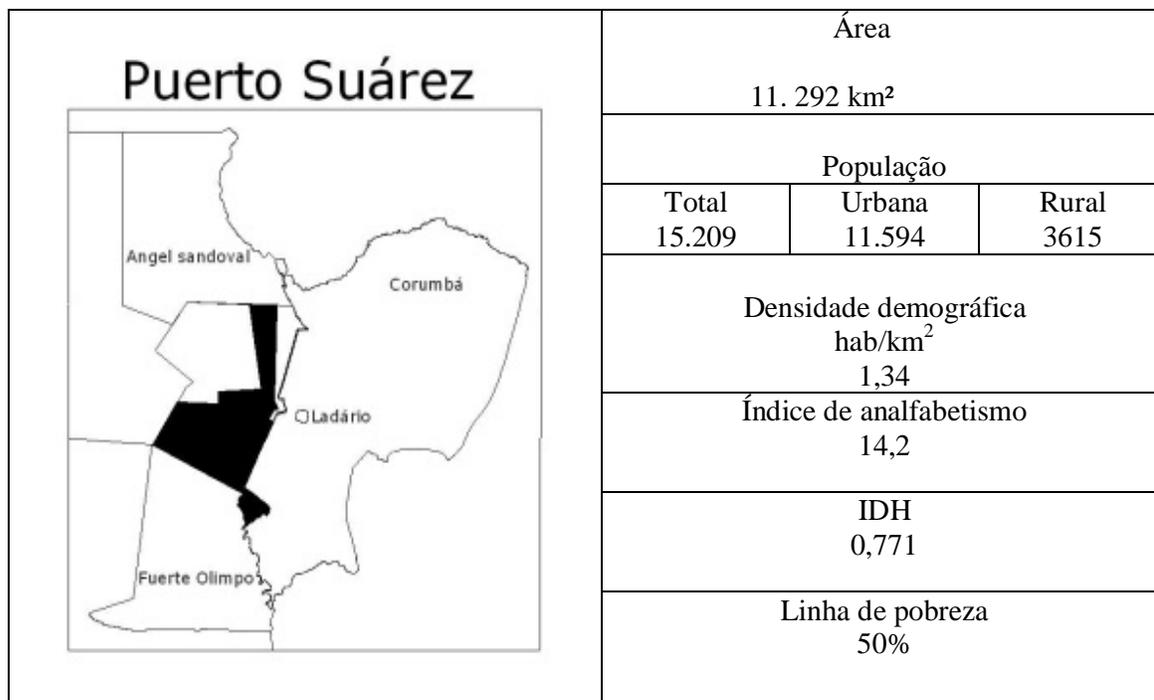
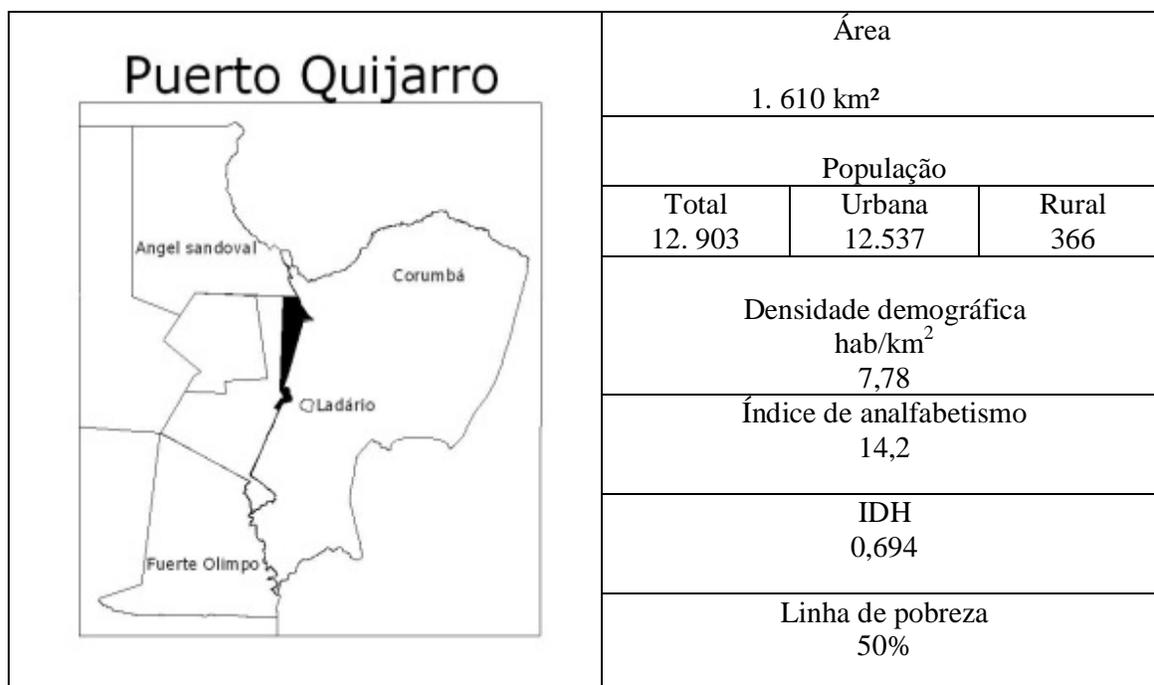


Figura 22 – Município de Puerto Suarez  
Fonte: ISQUIERDO, SOTTILI 2011

O município de Puerto Suarez (map. 22), encontra-se a oeste do município de Corumbá e limitam-se por um trecho de aproximadamente 165 km desde o povoado de Guachala, próximo a região do Jacadigo até o ponto onde inicia o limite de Corumbá com o Paraguai. Bem ao sul do município de Puerto Suarez o limite com Corumbá é o rio Paraguai, importante trecho para a Bolívia, pois representa o ponto em que a Bolívia está mais próxima da saída para o atlântico.

Puerto Suarez é considerada cidade gêmea, no entanto, nas duas últimas décadas vem perdendo importância em relação à Puerto Quijarro, cidade favorecida pela proximidade com o Brasil, e que tem se consagrado como um ponto dinâmico nesta fronteira. (map. 23)

De norte para o sul, Puerto Quijarro limita-se com Corumbá desde o norte da baía Mandioré, até o pequeno povoado de Guachalla, localizado junto à linha de limite entre Brasil e Bolívia, região conhecida como Jacadigo. Neste trecho esta linha percorre aproximadamente 150 km de limites entre Puerto Suarez e Corumbá.

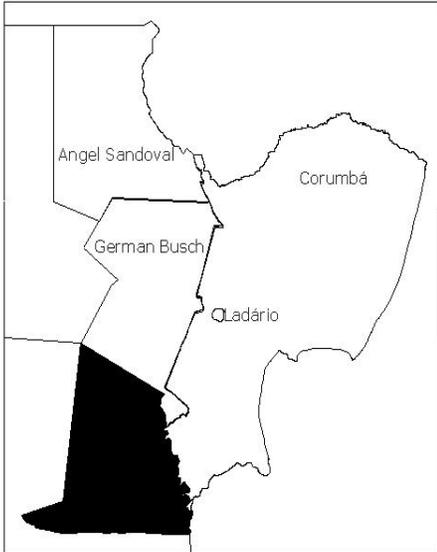


Mapa 23 – Município de Puerto Quijarro  
Fonte: ISQUIERDO, SOTTILI, 2011

#### 4.4.3- Municípios do Paraguai

O rio Paraguai, é o limite entre município de Corumbá no Brasil e o distrito de Fuerte Olimpo no Paraguai. Num traçado meandrante, a linha divisória percorre cerca de 150 km, desde a tríplice fronteira (Brasil, Bolívia e Paraguai), marco norte, até a foz do rio Nabileque, no rio Paraguai. Não foram encontrados dados cartográficos ou mesmo descritivos sobre os limites entre os municípios de Bahia Negra e Fuerte Olimpo, que pertencem ao distrito de Fuerte Olimpo, dessa forma os dois municípios aparecem sem definição de seus territórios possuindo a mesma extensão territorial do Distrito. Não foram encontrados dados sobre a situação de domicílio da população a nível municipal. (map. 24) e (map. 25)

Alto Paraguai é o maior departamento do Paraguai em extensão territorial, no entanto é o menos povoado. Seu meio físico é dominado pelas extensas planícies arenosas do Chaco úmido e Chaco seco do país. Nas últimas décadas uma grande quantidade de brasileiros vem se instalando na região para se dedicarem a atividade agropecuária.

<b>Fuerte Olimpo</b>				
			Área	
			-	
População				
Total	Rural	Urbana		
4.998	-	-		
Densidade demográfica				
0,2hab/km <sup>2</sup>				
Índice de analfabetismo				
13,2				
IDH				
0,665				
Linha de pobreza				
57%				

Mapa 24 – Município de Fuerte Olimpo  
Fonte: ISQUIERDO, SOTTILI, 2011

<b>Bahia Negra</b>				
			Área	
			-	
População				
Total	Rural	Urbana		
2.000	-	-		
Densidade demográfica				
0,2hab/km <sup>2</sup>				
Índice de analfabetismo				
13,2				
IDH				
0,665				
Linha de pobreza				
57%				

Mapa 25 – Município de Bahia Negra  
Fonte: ISQUIERDO, SOTTILI 2011

#### 4.5 Corumbá e os limites da integração local

Na fronteira, entre Corumbá e Puerto Quijarro, circulam diariamente milhares de pessoas, entre brasileiros, bolivianos e outras nacionalidades, que atravessam a ponte sobre o Arroyo Concepcion, ponto de ligação com a Bolívia.

Entre turistas e aqueles que fazem compras, também se encontram pessoas que estão em busca de serviços no país com melhores condições de infraestrutura (saúde, escola, lazer etc.). Muitos brasileiros e bolivianos atravessam a fronteira todos os dias para trabalharem, principalmente no comércio.

Entre Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez as influências recíprocas ocorrem apoiadas nos interesses locais, acontecem espontaneamente, sem planejamento, atendendo às necessidades apenas de grupos ou pessoas que procuram no outro interações que lhes vão favorecer. Estas relações humanas são observadas durante o cotidiano dessa população.

Segundo o Ministério da Integração do Brasil (2010 p. 83)

O desenvolvimento de locais de faixa de fronteira deve contemplar a constante geração de oportunidades para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida de suas populações. Assim, cabe aos gestores buscarem elementos e estratégias que venham a minimizar os fatores de exclusão social e maximizar os de inclusão social e resgate à cidadania. Uma das formas mais eficazes de promover a melhoria da qualidade de vida do cidadão fronteiriço e por meio de propostas efetivas, voltadas para oferta de educação, qualificação profissional, produção de emprego e renda, saúde e infraestrutura para os segmentos mais desfavorecidos da população.

Para que ocorra a integração nas fronteiras é preciso que se desenvolvam projetos binacionais em consonância com as autoridades políticas de ambos os territórios, uma vez que trata de questões complexas, como a soberania, o ajustamento de ordens jurídicas, além das questões econômicas e culturais. Podemos observar ainda muitas dificuldades que precisam ser vencidas para que de fato possamos caminhar em direção a uma maior integração, que promova o desenvolvimento local, diminua as desigualdades sociais e dê melhores condições de vida a essa população.

Tanto no município de San Matias, Bolívia como no distrito de Fuerte Olimpo, no Paraguai, não existem ações conjuntas com o município de Corumbá. Isso pode ser explicado, em parte, pela baixa densidade demográfica, 0,2 hab./km<sup>2</sup>, como já foi colocado anteriormente. Tanto do lado brasileiro como no lado paraguaio há extensas áreas com predomínio da atividade pecuária. Isso não significa que políticas públicas não possam ser realizadas, bem pelo contrário, até mesmo porque está região compreende grandes biomas como o Pantanal e o Chaco. Mas vale lembrar a dificuldade de coordenar projetos conjuntos

com a participação do poder público em áreas remotas, uma vez que esta dificuldade já é presente em lugares mais povoados, com maior infraestrutura, redes e fluxos.

#### 4.51 Fatores de integração a escala local

Os fatores de integração a escala local citados corresponde aos meios de transporte, saúde, educação, comércio e segurança, não é um estudo aprofundado, o objetivo é dar apenas um panorama da situação atual.

Quanto aos meios de transporte, uma das principais vias dentro do recorte da área em estudo dos países em destaque neste trabalho é a hidrovía do rio Paraguai. Enquanto o Brasil e o Paraguai há muito tempo utilizam esta via, e muito devem de suas histórias a ele, enquanto a Bolívia busca uma saída marítima.

A baía de Cáceres e o canal do Tamengo, localizados em território Boliviano, cujas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez margeiam, é um dos mais importantes locais para o transporte marítimo da Bolívia. No canal do Tamengo localizam-se, o porto Aguirre e o porto Gravetal.

Outra boa opção como saída para o mar é o porto Busch, localizado no município de Puerto Suarez. Este porto, apesar da infraestrutura instalada no local, encontra-se atualmente desativado, pois a estrada que deveria dar acesso ao local encontra-se sem condições de uso. A outra saída para o mar é através da Baía da Gaíva, utilizada mais para o transporte de produtos ilícitos.

Em termos de transporte rodoviário a região conta com duas rodovias: a BR 262 no Brasil, única rodovia pavimentada que interliga a Cidade de Corumbá com outras regiões do Brasil, e representa um elo terrestre para os bolivianos e brasileiros em direção às grandes cidades desses dois países; e a outra rodovia na Bolívia, que liga as cidades de Quijarro a Santa Cruz de la Sierra, capital departamental. Esta rodovia liga os oceanos Pacífico e Atlântico formando o Corredor Bioceânico, encontra-se em fase de conclusão da obra.

Quanto às ferrovias, existe uma linha férrea que liga o litoral brasileiro (São Paulo/Bauru) ao município de Corumbá, com a sección municipal de Puerto Suarez/Bolívia até o departamento de Santa Cruz de La Sierra. O trem de passageiros entre Corumbá Campo Grande e Bauru, parou de circular no final da década de 1980 e neste trecho do Brasil a ferrovia encontra-se precária e desatualizada, cumprindo precariamente o transporte de cargas. Na Bolívia o transporte de passageiros permanece até hoje, diariamente exceto aos domingos.

Em relação ao transporte aéreo, existem linhas regulares que saem de Corumbá e de Puerto Suarez, cidades que contam com infraestrutura aeroportuária para receber aeronaves de grande porte. Da cidade de Corumbá sai um voo diário para a capital Campo Grande, em uma aeronave média com capacidade para 50 passageiros. A partir de Puerto Suarez saem voos diários com destino a Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e La Paz.

Na área da saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS), na cidade de Corumbá, vem prestando há muito tempo, serviços hospitalares à população fronteiriça boliviana e brasileira que mora na Bolívia. Existe falta de planejamento e infraestrutura suficiente para atender a demanda de pacientes que vem de toda província de Germán Buch, uma vez que esta se encontra muito distante do departamento de Santa Cruz. A cidade de Corumbá conta com apenas um pronto socorro para atender toda essa população. A falta de recursos suficientes compromete a qualidade dos serviços, já que os repasses dos recursos são menores do que a demanda de pacientes. Nos dados estatísticos do IBGE não é computada essa população que mora do lado boliviano e busca assistência médica em Corumbá.

No caso do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), Corumbá, além de atender a seu município, atende também os municípios fronteiriços da Bolívia que apresentam casos de doenças como leishmaniose, raiva animal e dengue. A Bolívia possui ainda uma precária infraestrutura para combater sozinha essas epidemias. No caso da dengue, para evitar uma epidemia, a cidade de Corumbá promoveu ações preventivas capacitando pessoas no lado boliviano no combate à doença.

No campo da educação, estão em discussão projetos de integração que venham a atender as necessidades dos alunos brasileiros e bolivianos e capacitação aos professores de Corumbá e Puerto Suárez.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, existem 548 bolivianos que estudam nas escolas da Rede Municipal de Ensino (Reme) em Corumbá. As escolas Caic, Padre Ernesto Sassida, e a Creche Catarina Anastácio são líderes em atendimento a estudantes bolivianos, ao todo 136. Destes, 49 são do sexo feminino e 87 do sexo masculino. Estas escolas são mais procuradas pela sua localização, próximas à rodovia Ramón Gómez que liga Corumbá a Puerto Quijarro. A segunda escola em destaque é José de Souza Damy, possui 121 estudantes, destes, 50 são meninas e 71 são meninos. Por último a escola rural Eutrópia Gomes Pedroso, localizada no assentamento Tamarineiro. Conta com 44 alunos bolivianos: 15 meninas e 29 meninos. Cerca de 172 alunos estariam distribuídos em menor quantidade pelas outras escolas do município de Corumbá. Esses dados são referentes apenas às escolas

municipais, sem levar em conta as escolas estaduais, sendo assim, a quantidade de alunos bolivianos em Corumbá é bem mais elevado.

Grande parte destes alunos apresenta dificuldades para fazerem suas atividades e não conseguem assimilar bem os conteúdos passados em sala de aula. Essas dificuldades se atribuem mais pelo fato dos professores não possuírem o conhecimento da língua espanhola.

De acordo com o diário online de Corumbá Neto (2011) destaca que:

Para tornar a interação realidade a UFMS irá oferecer um curso de português voltado para professores bolivianos e fazer o mesmo com os profissionais brasileiros”. Além disso, está previsto para setembro um encontro entre os diretores dos dois países. A reunião também foi acompanhada por técnicas de supervisão distrital da Secretaria de Educação de Santa Cruz, que está realizando inspeções em Puerto Quijarro e também aprovaram a iniciativa do Brasil de levar uma educação mais qualificada para os povos fronteiriços.

Esse trabalho de integração na área educacional é muito importante pelo fato de buscar conhecer a língua do outro país, mas também deve-se trabalhar no sentido de conhecer a história e a geografia do outro país. Os bolivianos que estudam em Corumbá acabam estudando e conhecendo mais sobre a história e a geografia do Brasil do que da própria Bolívia, país em que residem.

Isso demonstra a dificuldade de reconhecer a fronteira como local de moradia de um cotidiano sem fronteira. As ações conjuntas entre os dois países nessa área ainda caminha a passos lentos. E a clientela de estrangeiros nas escolas brasileiras é consideravelmente grande.

A questão da segurança é um problema comum das fronteiras por estas serem corredores de tráfico de drogas, tráfico de pessoas, roubo de carros, contrabando de mercadorias etc.

Esses problemas provocam um desconforto para a realização e efetivação de projetos conjuntos, uma vez que as leis são diferentes e os interesses próprios de cada país acabam na maioria das vezes se sobressaindo.

Promover a integração entre o município de Corumbá e os municípios bolivianos fronteiriços, intensificando as políticas de enfrentamento aos crimes na faixa de fronteira para garantir a segurança da população que vive nessa região de fronteira, é uma medida necessária e extremamente importante para a qualidade de vida da população local, como para o fortalecimento no processo de integração entre os dois países.

Já existem algumas ações conjuntas, como a capacitação de policiais para atuarem na fronteira Brasil-Bolívia, e o compromisso do governo brasileiro de compartilhar com a Bolívia tecnologias usadas nos laboratórios para combater o narcotráfico. Porém, sabemos

que muito ainda se deve avançar nesse sentido para que de fato tenhamos fronteiras mais seguras.

O comércio e serviço da cidade de Corumbá têm influência, pela sua proximidade, com as cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro, que dependem muito do lado brasileiro. Essa dependência se dá pela distância em que elas estão em relação ao departamento de Santa Cruz, pela precariedade econômica e social, e por Corumbá dar acesso ao estado de São Paulo, onde já vivem milhares de bolivianos trabalhando, principalmente em fábricas de roupas e em casas de famílias.

A cidade de Corumbá e as cidades vizinhas da Bolívia recebem diariamente turistas. Esses turistas vêm com o propósito de pescar no pantanal de Corumbá e fazer compras na Bolívia. Não foram encontrados registros de ações conjuntas nessa fronteira na atividade turística. Pelo que podemos constatar, parece que todos trabalham de forma independente.

As instituições do SEBRAE e SENAC possuem projetos de desenvolvimento integrado em áreas de fronteira. Em Corumbá e Puerto Suárez, o SEBRAE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID/Fomin) criaram como comenta Conceição (diário online) um:

Projeto de Integração Produtiva de Micro e Pequenas Empresas em Ambiente de Fronteira - MS Sem Fronteiras será assinado pelo SEBRAE, Prefeituras de Corumbá, Ladário, Puerto Suarez e Puerto Quijarro, Associação Comercial e Empresarial de Corumbá e Câmara de Indústria e Comércio da Bolívia. (CONCEIÇÃO, 2011)

Este projeto tem como objetivo “promover o desenvolvimento econômico, sustentável e integrado dos territórios, com ações conjuntas, que possibilitem a expansão produtiva e fortalecimento institucional na linha de fronteira”. (FRANÇA, 2011)

Na cidade de Corumbá existe uma concorrência acirrada entre comerciantes brasileiros e bolivianos. Muitos vendedores ambulantes bolivianos vendem suas mercadorias por preços bem mais acessíveis nas calçadas, em frente aos estabelecimentos comerciais brasileiros. Constantemente são retirados pelos fiscais, mas logo retomam seus postos. Esta prática enfraquece a economia local, que paga impostos e sente-se numa concorrência desleal.

## 5 CONDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo Acordos e Tratados definiram os limites da fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai. O Tratado da Amizade, Limites, Navegação e comércio, e o Tratado de Petrópolis foram os mais importantes para a configuração da fronteira Brasil/Bolívia. Na formação da fronteira entre Brasil e Paraguai merecem destaque o Tratado de Limites, e a Ata de Foz do Iguaçu que não teve tanta importância para a delimitação fronteiriça, mas foi relevante para o desenvolvimento econômico dos dois países.

O histórico da evolução do processo de colonização do Brasil, Bolívia e Paraguai norteou distintos territórios político-administrativas. Com isso, percebe-se que o país que conseguiu delimitar seu território e descentralizar o poder conseguiu administrar melhor suas unidades político-administrativas, como no caso do Brasil. A Bolívia está conseguindo maior autonomia com o governo de Evo Morales, porém o Paraguai ainda apresenta uma concentração maior do poder, sendo que os recursos destinados para as unidades territoriais político-administrativas não possuem clareza quanto ao seu destino e objetivo. Os governantes no Paraguai são indicados e a categoria distrital praticamente não tem função político-administrativa.

As unidades municipais de Puerto Quijarro e Puerto Suarez são prioritárias no processo de integração, são mais próximas de Corumbá e Ladário, com governantes eleitos através do voto popular e são autônomas.

No Paraguai não existe uma delimitação das áreas rurais, sabe-se que pertencem no caso ao Distrito de Fuerte Olimpo, as cidades é que possuem maior delimitação. Quando os recursos são repassados às prefeituras sentem dificuldade de atenderem as áreas rurais que acabam ficando no abandono. O próprio DGEEC tem dificuldades de fazer o censo nessas localidades pela falta de clareza nas delimitações das áreas rurais. O departamento do Alto Paraguai é o que apresenta os índices mais baixos de escolaridade e expectativa de vida em relação ao restante do país, isso se deve pela baixa densidade populacional e por ser uma área basicamente rural. Promover ações integradas nessa região é difícil pela distância que possui dos grandes centros e pela forma centralizada de governar, porém o encontro de dois ecossistemas como o Pantanal e o Chaco mereceriam uma atenção especial, pois é fonte de muita riqueza e estudos.

As áreas de fronteira pela diversidade cultural e complexidade que estabelecem por estarem situadas distantes dos grandes centros acabam desenvolvendo particularidades locais comuns e próprias que acaba individualizando-as das demais regiões do país.

Atualmente a forma mais abrangente de promover o desenvolvimento é através de ações integradas. Nas regiões de fronteira é necessário o aperfeiçoamento das ações integradas a pesar de enfrentarem dificuldades, devendo ser de forma contínua tendo a cooperação dos países vizinhos envolvidos em alcançar objetivos comuns, com propostas que dizem respeito ao interesse da coletividade como saúde, educação, emprego, infraestrutura, qualificação profissional etc.. Para alcançar êxito nas propostas é necessário o envolvimento da população do poder público e de todos os órgãos que estejam ligados a sociedade local.

É necessário promover ações que venham a fortalecer as cadeias produtivas locais, escolas que tenham uma educação binacional, investimentos em pesquisas nas áreas de fronteira, um sistema único de saúde de fronteira com maior infraestrutura que atenda ambas as nacionalidades, com médicos que estejam preparados para atenderem essa clientela, trabalhos binacionais em combate ao contrabando, a polícia cooperando para o trabalho da segurança na faixa de fronteira e ações conjuntas que tratem das questões ambientais (queimadas, recursos hídricos, desmatamento...). São ações que demandam de uma infraestrutura de gestão de recursos, de diplomacia, paciência, e esforço de todos. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2006)

Espera-se que apesar da complexidade (cultural, gestão de recursos, soberania) que envolve as regiões fronteiriças, o processo de integração se torne cada vez mais intenso na busca de soluções. E que este trabalho possa ter uma parcela de contribuição para as ações conjuntas desta fronteira em estudo, e para o desenvolvimento local e melhor qualidade de vida da população.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, M. M. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro, FAE, 1986. p.16 e 30.  
Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef1/territorio/index.php>> Acesso em: 07/06/2011.

ARAÚJO, E. A. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Elaborado no âmbito do projeto “*diagnóstico dos ingressos municipais nos países do cone sul*”. outubro 2007 p. 17  
Disponível em:  
<<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35382228>> Acesso em: 30/07/2011

ARZE, R. B. *Fundación Histórica Tavera: Guía preliminar de fuentes documentales etnográficas para el estudio de los pueblos indígenas de Iberoamérica*. (s. d.). Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/tavera/bolivia/intro.html>>. Acesso em: 10/08/11.

AYAVIRI, A. C. *Análisis de la situación demográfica de país. Organización mundial de la salud*. La Paz, Bolívia, outubro, 2000. Disponível em:  
<[http://saludpublica.bvosp.org.bo/ass/documentos\\_tecnicos/analisis\\_demografico.pdf](http://saludpublica.bvosp.org.bo/ass/documentos_tecnicos/analisis_demografico.pdf)>  
Acesso em: 10/09/2011.

BIVAR, Wasmália. *Contas regionais do Brasil 2004-2008*. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>>. Acesso em: 05/07/2011.

BLOSFELD, Wolney. *Evolução Política Do Brasil*. Publicado 20/01/2008. Disponível em:  
<<http://www.webartigos.com/articles/3813/1/Evolucao-Politica-Do-Brasil/pagina1.html#ixzz1Oe2xBUkc>>. Acesso em 23/07/2011.

CARLOS, A. *Comitê Binacional vai atuar no combate à dengue na fronteira Brasil / Bolívia*. Outubro, 2010. Disponível em: <<http://revistapantaneira.com.br/2010/10/07/comite-binacional-vai-atuar-no-combate-a-dengue-na-fronteira/>>. Acesso em: 26/09/2011.

CASTRO, L. F. D. M. *Nova Constituição boliviana*. De 29 de novembro de 2007. Disponível em: <[www.pucminas.br/imagdb/.../CNO\\_ARQ\\_NOTIC20071205112142.pdf?...](http://www.pucminas.br/imagdb/.../CNO_ARQ_NOTIC20071205112142.pdf?...)> Acesso em: 12/08/2011.

CASTRO, L. *Guerra do Paraguai*. Disponível em :  
<<http://novahistorianet.blogspot.com/2009/01/guerra-do-paraguai.html>> Acesso em: 17/07/2011.

CASTROGIOVANNI, A. C.. *Fronteira: um tema sem limites!*. In: Edgar Aparecido da Costa; Gustavo Villela I. da Costa; Marco Aurélio M. de Oliveira. (Org.). Estudos Fronteiriços. Campo Grande, 2010, v. 1, p. 11-42.

CATAIA, M. “A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios”. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales. Universidade de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (21), 1 de agosto de 2007.

*COMPENDIO ESTATÍSTICO*

2008.<<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Compendio2008/05.Trabajo.pdf>>  
Acesso em 26/10/2010.

*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*. Texto consolidado até a Ementa Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006. Brasília 2006. Disponível em: <[http://www.ancine.gov.br/media/Constituicao\\_Federal\\_EC53.pdf](http://www.ancine.gov.br/media/Constituicao_Federal_EC53.pdf)>. Acesso em 30/07/2011.

*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL* 32. EDIÇÃO. Biblioteca digital da Câmara dos deputados, centro de documentação e informação coordenação da biblioteca. Brasília 2010. Disponível em:<<http://www.agili.com.br/midia/legislacao/LEG-20110930-083100-constituicao-federal-atualizada.pdf>>. Acesso em: 04/08/2011.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república; momentos decisivos.*/Emília Viotti da Costa - 6 ed. –São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1999 – (biblioteca básica). Disponível em: <[http://pt.scribid.com/doc/1010082/Emilia-Viotti Da](http://pt.scribid.com/doc/1010082/Emilia-Viotti-Da)>. Acesso em: 05 jun. 2011.

COSTA, E. A.. *Ordenamento territorial em área de fronteira*. Seminário de Estudos Fronteiriços, 17 a 19 de março de 2008 / (org.) Edgar Aparecido Costa, Marco Aurélio Machado de Oliveira, organizadores. – Campo Grande, MS : ES. UFMS, 2009. 206 p.

*DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DOPARAGUAY*. Disponível em: <<http://nutep.ea.ufrgs.br/mercosul/dadosparaguay.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

*DECRETO LEGISLATIVO N ° 23, de 1973, Foz do Iguaçu*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/856972.pdf>>. Acesso em: 12/07/2011.

DGEEC, *Compendio Estadístico 2008*. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Compendio2008/05.Trabajo.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2010.

DGEE, *Población y Vivienda*, 2009. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Anuario2009/cap%2002.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

FRANÇA, Oliveira M. *Painéis abordam oportunidades de integração entre MS e Paraguai*. In. *Indústria de Notícia*. 15 julh. 2011. Disponível em: <<http://www.fiems.org.br/novo/noticias-ler/Paineis-abordam-oportunidades-de-integracao-entre-MS-e-Paraguai/11085>>. Acesso em 19/10/2011.

*FRONTEIRA, Brasil - Bolívia*. Disponível em: <<http://www.ofenomeno.com/frontbrabol.htm>>. Acesso em: 26/09/2011.  
Mapa político da Bolívia 1993. Disponível em: <<http://www.embajadebolivia.com.ar>>  
Acesso em: 28/09/2011

GRUPO DE TRABALHO INTERFEDERATIVO DE INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA. *Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira*. 2010. Disponível em:

<<http://www.integracao.gov.br/programasregionais/integracaofronteirica/index.asp>>  
Acesso em 04/09/2011.

HAESBAERT, R. *Da Desterritorialização à Multiterritorialidade*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. IBGE, *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010*. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

HERZ, M., HOFFMANN, A. R. *Organizações Internacionais – História e Práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IBGE, *Educação no Brasil*. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>>. Acesso em : 26 jul. 2010.

IBGE, *Cidades Mato Grosso do Sul*. 2010. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=ms>>. Acesso em: 02/08/2011.

IBGE, *Estados Mato Grosso do Sul*. 2010. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>>. Acesso em 14/08/2010.

IBGE, *Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010*. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em 14/10/2011.

INDICADORES EDUCATIVOS, comparación de 13 países latinoamericanos y Provincia de Buenos Aires. Dez. de 2005. Disponível em:

<<http://abc.gov.ar/lainstitucion/organismos/planeamiento/pdf%20reportes%20estadisticos/indicadores-educativos-latinoamerica.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

INE, *Anuário Estatístico 2009*. Disponível em:

[http://www.ine.gob.bo/pdf/anuario\\_2009/anuarioestadístico2009.pdf](http://www.ine.gob.bo/pdf/anuario_2009/anuarioestadístico2009.pdf). Acesso em: 20/08/2011.

INE, *Censo de Población y vivienda – 2001 Población por Departamentos, Províncias, Secciones Municipales, Localidade y Organizaciones Comunitárias*. Disponível em:

<<http://www.ine.gob.bo/comunitaria/comunitariaVer.aspx?Depto=07&Prov=14&Seccion=00>>. Acesso em 12 jul. 2011.

INE, *Santa Cruz: Indicadores Demográficos, Por Anos Calendario, 2005 – 2010*. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/indice/visualizador.aspx?ah=PC2030508.HTM>>. Acesso em: 10/09/2011.

ISQUIERDO, Sérgio Wilson G., SOTTILI, Diane M. “As divisões político-administrativas do Brasil, Bolívia e Paraguai na fronteira de Corumbá/Ladário”. Encontro Sul-mato-grossense de Geógrafos/III Seminário de Estudos Fronteiriços, em 07 de setembro de 2011. Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS.

JACOMETTI e SOUZA. *O espaço, território e região: Conceitos – chave para a compreensão da atratividade de Juiz de Fora no processo de regionalização da saúde na macrorregião sudeste de Minas Gerais*. Rv. APSM Juiz de Fora, v. 13, suplemento 1, p S15 – S25, 2010. Disponível em: <<http://www.aps.ufjf.br/index.php/aps/article/view/820/377>>. Acesso em 15/07/2010.

MACHADO, L; STEIMAN, R. “*Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*”. UFRJ, 2002.

MACHADO, Lia Osorio. *Sistemas, Fronteira e Território*. UFRJ, 2002, 9 p.  
em: <[HTTP//acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos.htm](http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos.htm)>

MCNEISH, John-Andrew. *Pobreza, política e 'passes de mágica' na Bolívia e na América Latina*. En publicación: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Cimaadmore, Alberto; Hartley, Dean; Siquiera, Jor e. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 978-987-1183-59-3. Disponible en la World Wide Web: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/crop/pobreza/11mneish.pdf>>. Acesso em: 18/09/2011.

MAGNOLI, Demétrio, 1958 – *O corpo da pátria: imaginação geog. e política externa no Brasil (1808-1912)*. Demétrio Magnoli.- São Paulo: ed. Da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

MARTINS, S. R. O. *Corumbá e Puerto Suárez, Fronteira e Interações a Escala Humana*. In: Edgar Aparecido, Gustavo Villeta Lima da Costa, Marco Aurélio Machado de Oliveira (org.). Estudos Fronteiriços. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. 334 pp.

MAX, Cláudio Zaret. *Desenvolvimento dos Economias Locais de Fronteira: As Dissimetrias, as Possibilidades de Cooperação Econômica e o Papel das Proximidades Organizacionais*. Revista OIDLES – Vol. 2, n 5 (diciembre 2008).

MELLO, M. P. *A questão de limites entre os estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia – (Aspectos Históricos e Formação do Território)*. Revista brasileira de geografia / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – ano 1, n. (1939, jan./mar.) – Rio de Janeiro: IBGE, 1939- Trimestral. Órgão oficial do IBGE. Editorada pelo CDDI-Departamento de Editoração, em abril de 1991.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Documentos bases para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT, 2006*. Universidade de Brasília. Disponível em:  
<[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/5bd/2br/3plans/2006pnot/PNOT-v-preliminar.pdf](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/2006pnot/PNOT-v-preliminar.pdf)>. Acesso em 08/09/2011.

MORAES, Antonio Carlos R. *Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico*. In: Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005.

NETO, Clóvis. *Educação: Corumbá e Puerto Quijarro firmam parceria para maior integração*. Diarionline 05/07/2011. Disponível em:  
<<http://www.diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=32187>> . Acesso em: 25/10/2011.

NOGUEIRA, Ricardo J. B. “*Fronteira: espaço de referência identitária*”. Revista eletrônica Ateliê Geográfico. Goiânia – GO: 27-41.

OLIVEIRA, N. *Áreas de Fronteira na Perspectiva da Integração Latino – Americana*. Artigo disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/718/966>> Acesso em: 13/10/2011.

OLIVEIRA, T.C.M. “*Os elos da Integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia*”. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2009.  
PNUD – Programa de las Naciones Unidas. Atlas de desarrollo humano Paraguay 2007 – País – Departamentos – Distrito. Disponível em: <<http://www.undp.org.py/dh/?page=atlas>>. Acesso em 15/09/2011.

PRENSA, LATINA. *História das constituições da república da Bolívia*. Em 02/02/2009. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/historia/150-noticia/749-historia-das-constituicoes-da-republica-da-bolivia>> . Acesso em: 12/08/2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: editora Ática, 1993.

REIS, F. S. *As perdas territoriais do estado boliviano (1825-1935)*. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Edição Especial, 2009.

RETIS, Grupo /UFRJ. *Limites, Fronteiras e Redes*. Disponível em: <<http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/index.php/pesquisa/limites-e-fronteiras-internacionais-na-america-do-sul/limites-fronteiras-redes/>>. Acesso em: 15/07/2011.

PORTILLO, Ruben. *Revolución de Chuquisaca*. 2009. Disponível em: <<http://tur-bolivia.blogspot.com/2009/06/revolucion-de-chuquisaca.html>>. Acesso em: 05/10/2011.

POSSE, Ernesto G. (1991). *Marco conceptual de la integración fronteriza promovida: las iniciativas de integración fronteriza*. in: FRONTERA, integración y después... el desarrollo regional integrado: un aspecto específico de la integración nacional.  
Montevideo: CIESU-LOGOS

SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. *As teorias da Integração Mercosul- estratégias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SEBRAE, *Plano de trabalho é assinado e acelera ações na fronteira*. Agência de notícias MS. 19/09/11. Disponível em:  
<<http://www.ms.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=732&cod=12423553&indice=10>>. Acesso em 21/09/11.

SECON, *Governo reforça combate ao tráfico de drogas na fronteira do Brasil com a Bolívia*. Boletim 1255 – 01.04.

Disponível em: <[http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/nucleo-de-comunicacao-publica/copy\\_of\\_em-questao-1/edicoes-anteriores/abril-2011/boletim-1255-01.04/governo-reforca-combate-ao-traffic-de-drogas-na-fronteira-do-brasil-com-a-bolivia](http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/nucleo-de-comunicacao-publica/copy_of_em-questao-1/edicoes-anteriores/abril-2011/boletim-1255-01.04/governo-reforca-combate-ao-traffic-de-drogas-na-fronteira-do-brasil-com-a-bolivia)>. Acesso em: 21/09/2011.

SILVA, R. M. e OLIVEIRA, T. C. M. *O mérito das cidades-gêmeas nos espaços fronteiriços*. Revista OIDLES – Vol 2, Nº 5 (diciembre 2008). Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/oidles/05/msmo.htm>>. Acesso em: 11/09/2011.

SILVA, L P. B. *Formação e povoamento da fronteira Brasil-Bolívia*. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, 20, 2010. [ISSN 1981-3384]. Disponível em: <<http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/2010-Forma%C3%A7%C3%A3o-e-povoamento-da-fronteira-Brasil-Bol%C3%ADvia-LPBS.pdf>>. Acesso em 25/09/2011.

VELASQUES, K. *MS sem fronteiras foca integração e desenvolvimento econômico* 19/09/11. Notícias Corumbá online. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/ler.php?id=10775>>. Acesso em 21/09/11.

VASQUEZ, F. “*Territorio y Población: Nuervas Dinâmicas Regionales en el Paraguay*” RAFFEST. Disponível em: <[http://www.portalguarani.com/obras\\_autores\\_detalle.php?id\\_obras=14236](http://www.portalguarani.com/obras_autores_detalle.php?id_obras=14236)> Acesso em : 10/08/2011.

KOSHIBA, Luiz. *História do Brasil*. Editora Atual História do Brasil - Bóris Fausto – EDUSP. (s.d.). < <http://www.culturabrasil.pro.br/republicavelha.htm>>. Acesso em 16 agost. 2011.